

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Márcia Maria de Paula**

**ARTICULAÇÃO DOS ATORES INSTITUCIONAIS NO  
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NO SUDOESTE GOIANO**

**Taubaté – SP**

**2014**

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**  
**Márcia Maria de Paula**

**ARTICULAÇÃO DOS ATORES INSTITUCIONAIS NO  
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR  
NO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

**Taubaté – SP**

**2014**

**MÁRCIA MARIA DE PAULA**

**ARTICULAÇÃO DOS ATORES INSTITUCIONAIS NO DESENVOLVIMENTO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR NO SUDOESTE GOIANO**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento e Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva

Data: 07 de agosto de 2014

Resultado: Aprovada

**BANCA EXAMINADORA:**

Prof. Dr. José Luís Gomes da Silva – Orientador

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dra. Quésia Postigo Kamimura

Universidade de Taubaté

Assinatura \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dra. Vera Lúcia Ignácio Molina

UNESP São José dos Campos

Assinatura \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho a meu esposo Alcebíades Diogo e filho Diogo de Paula que me incentivaram na realização deste e compreenderam a minha ausência em vários momentos.

A meus pais, José Francisco e Izaura, minhas irmãs Dade, Mírian, Cacá e meu irmão José Paula (*in memoriam*), que sempre torceram por mim.

E, a todos os agricultores familiares e em especial à esposa do Sr. Avelar do Assentamento Babilônia no Município de Mineiros-Goiás, que no início dos anos 1990, quando iniciava minha trajetória profissional, me fez refletir sobre o desenvolvimento: ela disse que o seu maior sonho era ter uma bica d'água!

## **AGRADECIMENTOS**

Fazer o mestrado era um desafio pessoal. Não foi tarefa fácil. Só foi possível graças ao apoio da bolsa do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES.

Desta forma agradeço inicialmente a Deus, uma força maior que nos move e nos dá a energia necessária para transformar todos os obstáculos em desafios.

Agradeço à minha família e amigos pelo incentivo, apoio e simplesmente pelo fato de fazerem parte da minha vida. Em especial à minha irmã Mírian Maria de Paula que tanto me incentivou e pelas sugestões e revisão no trabalho.

A Reitora da UNIFIMES, Professora Ita de Fátima Dias Silva e toda sua equipe que tanto se esforçaram para que essa bolsa do mestrado fosse possível.

A equipe da EMATER de Mineiros e meus colegas de trabalho, Paulo Cesar A. Albuquerque e Bernadete M. S. Janke pela colaboração, revisão do texto, convivência e principalmente por acreditar com tanta fé naquilo que fazemos.

A meu orientador, professor Dr. José Luís Gomes da Silva, pelas contribuições e ensinamentos repassados para a conclusão desta dissertação.

Aos demais professores do Programa, pelos ensinamentos transmitidos e sugestões nesse trabalho.

Aos colegas do Mestrado, pelas caronas, por compartilhar as angústias, dificuldades e acertos, pelas sugestões e convivência.

E finalmente, a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que eu pudesse dar esse passo tão importante na minha vida.

## RESUMO

Nos últimos anos a agricultura familiar no Brasil tem tomado novas dimensões. A discussão permeia o meio acadêmico e no campo político programas de fomento são criados. O estudo analisou a articulação dos atores institucionais que fazem parte do processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros, na região do Sudoeste Goiano. Foi utilizada a abordagem qualitativa e formulários padrão para o registro das instituições e ações. Utilizou-se a pesquisa documental a partir de dados obtidos junto às agências e bancos de dados ligados a agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás e região, durante o período de 1996, ano de criação do PRONAF a 2013. Nos resultados, identificou-se 32 instituições ligadas à agricultura familiar, representantes do governo, instituições de ensino superior, cooperativas, associações rurais, instituições financeiras, empresas privadas e organizações não-governamentais, desenvolvendo ações extensionistas, de assistência técnica e de pesquisa. Com o estudo concluiu-se que existe uma rede de cooperação local, desenvolvendo ações nas dimensões social, econômica, ambiental e cultural da sustentabilidade. As informações adquiridas poderão subsidiar ações locais e regionais na implementação das políticas públicas direcionadas para o setor da agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Planejamento e desenvolvimento regional. Atores institucionais. Agricultura familiar.

**MÁRCIA MARIA DE PAULA**

**INTERACTION OF ACTORS IN INSTITUTIONAL DEVELOPMENT OF  
FAMILY FARM IN SOUTHWEST GOIANO**

**ABSTRACT**

In recent years the family farming in Brazil has taken new dimensions. The discussion permeates academia and the political field development programs are created. The study analyzed the articulation of institutional actors that are part of the process of development of family farming in the county of Mineiros in the Southwest Goiás region. Qualitative approach and standard forms for the registration of institutions and actions was used. We used documentary research from data obtained from agencies and databases connected to family farming in the county of Goiás and Mineiros-region, during 1996, the year of creation PRONAF to 2013. In the results, we identified 32 institutions involved in family farming, government representatives, higher education institutions, cooperatives, rural associations, financial institutions, private companies and non-governmental organizations, developing extension actions, technical assistance and research. In the study it was concluded that there is a network of local cooperation, developing actions in the social, economic, environmental and cultural sustainability. The information acquired may subsidize local and regional implementation of public policies towards family farming sector actions.

.

**Keywords:** Planning and regional development. Institutional actors. Family farming.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Área, população e ano de instalação dos municípios que compõe o Território Rural de Identidade Parque das Emas no sudoeste do Estado de Goiás.....	57
Tabela 2 -	Estabelecimento e área da agricultura familiar no Brasil, Goiás e municípios que compõe o Território Rural de Identidade Parque das Emas - 2013.....	58
Tabela 3 -	Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação dos municípios do Território Rural de Identidade Parque das Emas nos anos 1991, 2000 e 2010.....	60

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Etapa de organização do material – codificação, caracterização, descrição dos documentos – Mineiros-Goiás, 2013.....	51
Quadro 2 -	Classificação e especificação dos atores institucionais ligados à agricultura familiar de Mineiros-Goiás no período de 1996 a 2013.....	62
Quadro 3 -	Classificação da forma de atuação das instituições na realização de ações ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar em Mineiros-Goiás no período de 1996 a 2013.....	63
Quadro 4 -	Área de abrangência das instituições que atuam nas ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar de Mineiros-Goiás no período de 1996 a 2013.....	64
Quadro 5 -	Linha do tempo das ações extensionistas, de assistência técnica e de pesquisas e as instituições responsáveis pela execução da ação no período de 1996 a 2013 - Mineiros-Goiás.....	67
Quadro 6 -	Quadro demonstrativo das instituições que realizaram ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (dimensões social, econômica, ambiental e cultural) da agricultura familiar de Mineiros-Goiás no período de 1996 (criação do PRONAF) a 2013, identificando a fonte documental.....	71

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxograma do delineamento da pesquisa.....	53
Figura 2 - Localização da área de estudo – município de Mineiros-Goiás...	55
Figura 3 - Rede de Cooperação formada entre as instituições de Mineiros-Goiás, com ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.....	86

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRS	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais
CRESOL	Sistema de Cooperativas de Crédito Solidário
EMATER	Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FJP	Fundação João Pinheiro
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IAC	Instituto Agrônomo de Campinas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ODM	Objetivos do Milênio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa Nacional das Nações Unidas
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROEAF	Programa Extensão Universitária Apoio Agricultura Familiar
PRONAT	Programa Nacional de Territórios Rurais
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 PROBLEMA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	16
1.2.1 Objetivo Geral.....	16
1.2.2 Objetivos Específicos.....	16
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	17
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	17
1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	20
2.1 Desenvolvimento sustentável e crescimento .....	20
2.2 Atores institucionais no desenvolvimento.....	24
2.3 Agricultura familiar no Brasil.....	28
2.3.1 Desenvolvimento com sustentabilidade na agricultura familiar .....	36
2.3.2 Agricultura familiar sustentável.....	42
2.3.2.1 Agricultura familiar sob o prisma da sustentabilidade social.....	44
2.3.2.2 Agricultura familiar sob o prisma da sustentabilidade econômica.....	45
2.3.2.3 Agricultura familiar sob o prisma da sustentabilidade ambiental.....	46
2.3.2.4 Agricultura familiar sob o prisma da sustentabilidade cultural.....	48
3 MÉTODO.....	49
3.1 Caracterização da pesquisa e organização do material.....	49
3.2 Coleta e tratamento dos dados.....	52
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	54
4.1 Caracterização da área de estudo.....	54

4.2 As Instituições da Agricultura Familiar no município de Mineiros - Goiás.....	61
4.3 Ações de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a articulação dos atores institucionais.....	66
4.3.1 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Social .....	82
4.3.2 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Econômica.....	83
4.3.3 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Ambiental.....	84
4.3.4 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Cultural.....	85
4.3.5 Articulação dos atores institucionais para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICE - Formulários de registro.....	105

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de uma região está pautado numa série de fatores, entre eles as condições naturais, as políticas governamentais, a participação popular e a interação das organizações populares com as instituições públicas e as esferas de governo. No Brasil, discutir o desenvolvimento, especificamente o desenvolvimento rural, é fundamental em razão da centralidade que a agricultura e a pecuária ocupam nas relações sociais e econômicas em grande parte do país.

A dimensão continental no Brasil se apresenta com desigualdades sociais e regionais marcantes (IPEA, 2010). O país é visto no cenário mundial, como um grande celeiro na produção de alimentos. Isso foi confirmado nos últimos anos, principalmente pela eficácia do agronegócio da agricultura empresarial (REIFSCHNEIDER et al., 2010; SILVA, 1998). Porém, a agricultura familiar, em muitas regiões, ainda apresenta dificuldades em se estabelecer enquanto atividade produtiva e geradora de renda (XAVIER et al., 2007; SABOURIN et al. 2009).

No presente estudo, compreende-se que o desenvolvimento rural, assim como o desenvolvimento na sua amplitude, vai além das questões econômicas. Diante desse contexto, Abramovay (2000) aborda que o desenvolvimento numa região ou num país, não é sinônimo de expansão da área produzida ou da produção, ou seja, o desenvolvimento rural não se reduz ao crescimento agrícola. O autor aborda ainda que as regiões agrícolas desenvolvidas caracterizam-se por uma rede de relações entre os atores sociais envolvidos, onde o resultado se traduz em um ambiente favorável a empreendimentos inovadores.

Na década de 1970, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto das ações do estado no sentido de modernizar o setor agrícola em locais considerados atrasados. Somente a partir da década de 1990, houve mudança no enfoque e no entendimento sobre o desenvolvimento rural, revitalizando o tema e gerando novas abordagens. Novos temas são então inseridos, como reforma agrária, crédito para agricultura familiar, territórios rurais, ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCNHEIDER, 2010).

O termo agricultura familiar começa a ser difundido no Brasil em meados da década de 1990 e tem sido alvo de muitos estudos no meio acadêmico e na criação de políticas públicas. Vale ressaltar que uma das últimas políticas públicas do governo federal que mobilizou de forma significativa o setor, diz respeito à obrigatoriedade de adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar através da Lei n. 11.947 de 2009 (TRICHES; SCHNEIDER, 2010, 2012).

O Censo Agropecuário 2006, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009 aponta a importância da agricultura familiar na economia brasileira. No Brasil existem 4.367.902 estabelecimentos agropecuários familiares, o que corresponde a 84,4% do número de estabelecimentos rurais do País. Embora ocupe apenas 24,3% da área total destinada à produção, a agricultura familiar responde por 38% da renda bruta gerada no meio rural e ocupa 74,4% do pessoal que trabalha no campo. São 12,3 milhões de pessoas trabalhando na agricultura familiar. A cada 100 hectares, a agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas, contra 1,7 da agricultura empresarial. Outro aspecto importante na produção da agricultura familiar é o abastecimento interno, que contribui, mesmo que marginalmente, na pauta de exportações. A agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros (FRANÇA; DEL GROSSI; AZEVEDO MARQUES, 2009).

Com o estabelecimento das políticas de apoio à agricultura familiar a partir da década de 1990, torna-se necessário discutir a relevância social e econômica desse segmento para a economia brasileira e ainda o seu papel estratégico com vista a um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

Desta forma, buscar meios para entender como se dá a dinâmica da agricultura familiar na dimensão local e regional é fundamental para compreender o desenvolvimento. E, partindo da concepção que a cooperação está inserida nos processos de desenvolvimento, é importante conhecer quais são os atores sociais envolvidos nos processos de fortalecimento do setor.

Partindo dessa reflexão, o objetivo desse estudo é analisar e discutir o processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros, no estado de Goiás, a partir da articulação dos atores institucionais, situado na região

do Sudoeste Goiano e comparada a outras regiões do estado e do país, é uma região rica e próspera.

## **1.1 PROBLEMA**

A partir da necessidade de se entender a articulação dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento da agricultura familiar, questiona-se: como se articulam os atores institucionais para a compreensão e possível intervenção de políticas de desenvolvimento na dimensão local?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 Objetivo Geral**

Analisar e discutir a articulação dos atores institucionais que fazem parte do processo de desenvolvimento da agricultura familiar em Mineiros na região do Sudoeste Goiano.

### **1.2.2 Objetivos Específicos**

Como objetivos específicos o estudo propõe:

- Caracterizar a agricultura familiar do município de Mineiros, região do Sudoeste Goiano;
- Identificar as instituições que direta e indiretamente estão ligadas à agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás;
- Identificar e discutir as ações desenvolvidas pelos atores institucionais no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás no período de 1996 a 2013.

### **1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

O presente estudo tem por objetivo analisar o processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros, sudoeste do estado de Goiás, com foco na identificação e na articulação dos atores institucionais que contribuem com a mesma. O recorte temporal da análise utilizou como marco a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996 até 2013.

Desta forma, a delimitação do estudo parte do entendimento da agricultura familiar na dimensão geral, regional e local. A análise da região envolve os municípios que compõem o Território Rural de Identidade Parque das Emas, situado na região do Sudoeste Goiano.

Não se busca aqui mensurar processos, identificar produtos, propor métodos para o desenvolvimento da agricultura familiar. O que se propõe, é entender como se dá a articulação entre os atores institucionais ligados a agricultura familiar no município de Mineiros, no Sudoeste Goiano. Com o estudo espera-se contribuir para que esses atores possam potencializar suas ações no sentido de colaborar com a melhoria da qualidade de vidas dos agricultores e comunidade local.

### **1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO**

Atualmente os programas do governo federal como o PRONAF, criados a partir da década de 1990, estão colocando instrumentos para o agricultor familiar aumentar a sua renda, seja através da disponibilidade do crédito ou pela obrigatoriedade da venda de produtos para alimentação escolar, prevista em lei.

Mesmo com mais de uma década de estabelecimento do PRONAF, uma parcela de agricultores familiares ainda se encontra excluída do programa. Mattei (2005) afirma que apesar de muitos resultados positivos, o programa ainda não alcançou uma parcela representativa.

Partindo do pressuposto que a cooperação está inserida nos processos de desenvolvimento, resta saber o que se tem feito na dimensão local e quais são os

atores institucionais envolvidos com a agricultura familiar (governo regional/local, organizações sociais, iniciativa privada, universidades).

Os dados oficiais apontam que 80% do número de estabelecimentos rurais do País vêm da agricultura familiar, a qual é a responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam diariamente à mesa dos brasileiros (IBGE, 2006). No Brasil, os programas de política pública foram voltados para os grandes agricultores e só nas últimas décadas os olhos se voltaram para a agricultura familiar, oportunidade em que os agricultores tiveram acesso a esses programas (MATTEI, 2005).

Desta forma, acredita-se que o tema seja relevante, pois entendendo a dinâmica da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás, pode-se buscar estratégias para intensificar e melhorar a ação das instituições, focando no fortalecimento dos agricultores familiares. Como ponto positivo, entende-se que a temática está ligada a uma das principais necessidades humanas, pois a produção e o acesso ao alimento levam a uma melhor qualidade de vida e conseqüentemente, ao desenvolvimento local e regional.

## **1.5 ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO**

O primeiro capítulo apresenta a introdução, o problema, os objetivos geral e específicos, a delimitação do estudo, a relevância da temática para a região e a organização do projeto.

O segundo capítulo traz a revisão de literatura, os conceitos necessários para a elaboração do estudo sobre conceito de desenvolvimento, crescimento, agricultura familiar e capital social. Esse capítulo está subdividido numa primeira revisão que trata do desenvolvimento sustentável e crescimento, seguido de uma discussão sobre os atores institucionais no desenvolvimento. Discute após, os principais conceitos a cerca da Agricultura Familiar no Brasil, seguido por uma abordagem do desenvolvimento com sustentabilidade na agricultura familiar. Fechando então esse capítulo, apresenta-se uma revisão sobre sustentabilidade social, econômica, ambiental e cultural na agricultura familiar.

O terceiro capítulo explica o método utilizado para a realização do estudo, que foi uma pesquisa documental, mencionando os instrumentos empregados, bem como a caracterização da metodologia que teve uma abordagem qualitativa.

O quarto capítulo apresenta os resultados e a discussão dos mesmos, identificando e demonstrando a articulação das instituições envolvidas nos processos de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás. Esse capítulo está subdividido em três partes, sendo a primeira a caracterização da área de estudo, a segunda a descrição dos atores institucionais envolvidos com o processo de desenvolvimento da agricultura familiar na região e a última parte traz a apresentação e discussão das ações articuladas com as dimensões social, econômica, cultural e ambiental da sustentabilidade.

Finalizando, apresenta-se as considerações finais do trabalho.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Desenvolvimento sustentável e crescimento**

Atualmente, entende-se que o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, pois o mesmo é um conceito multidimensional que incorpora além da dimensão econômica, as dimensões políticas, sociais, culturais e ambientais. Essa conotação representa estratégias de reprodução do capital e do controle social, com a finalidade de corrigir distorções econômicas, políticas e sociais no sistema capitalista (SANTOS et al., 2012).

Ainda, de acordo com Santos et al. (2012), o termo desenvolvimento foi inicialmente usado na biologia para descrever os processos de evolução das espécies. Depois foi incorporado pelas sociedades em que o crescimento, a expansão e o progresso eram capazes de produzir o seu bem estar. Na década de 1940, o desenvolvimento passa a ser objeto de pesquisa científica, servindo de base para a formulação de políticas públicas no pós-guerra, em vários países.

Inicialmente, o conceito de desenvolvimento estava ligado à evolução do sistema de produção, ao progresso técnico, à produtividade e ainda era sinônimo de industrialização. Numa outra perspectiva, o conceito passou a abordar a relação entre desenvolvimento e o grau de satisfação das necessidades humanas (FURTADO, 1980).

Nas duas perspectivas, o desenvolvimento está relacionado à eficiência do sistema frente à satisfação das necessidades humanas e na utilização dos recursos naturais como fatores de produção. Nesse último aspecto, dos recursos naturais, é que o entendimento de desenvolvimento encontra seu maior desafio, ou seja, como conciliar a exploração dos recursos naturais com a satisfação das necessidades da população sem comprometer a sua disponibilidade? A atual pressão pelo consumo, dada à má estrutura de distribuição de renda nos países em desenvolvimento, onde apenas uma parte população tem o padrão de consumo dos países desenvolvidos, têm levado a uma influência sobre a produção industrial ou agrícola que leva à exaustão dos recursos naturais (ARRIGHI, 1997).

Celso Furtado (1980) discute o desenvolvimento como um processo de transformação do meio realizado pelo homem com o objetivo de atender as suas necessidades. Entretanto, não se limita a isso, pois para que as necessidades sejam atendidas, as sociedades precisariam elevar os seus potenciais de invenção cultural, conseguindo assim as transformações esperadas. E é, em razão da evolução do processo de invenção, que ocorre o aprimoramento da tecnologia. Assim, o avanço tecnológico pode ser considerado um dos fatores básicos para a reprodução da sociedade capitalista, pois através dele é que se tornou possível o processo de acumulação. Acumulação esta que é representada pela transformação de recursos econômicos em capital, o qual possibilitará novas formas de acumulação. Nesse sentido, a apropriação do excedente é outro fator que também merece destaque, pois esta pode ampliar ou reduzir as desigualdades sociais.

Veiga (2010), em sua publicação “Desenvolvimento Sustentável – o desafio para o século XXI”, aborda o conceito de desenvolvimento sob três perspectivas, a saber: na primeira, o desenvolvimento como sendo sinônimo de crescimento econômico na segunda, o desenvolvimento não passa de ilusão, mito ou manipulação ideológica, sendo a sustentabilidade, nas suas múltiplas dimensões, o foco da abordagem; na terceira, e última perspectiva, o desenvolvimento seria o “caminho do meio”, em que o autor classifica-o como o mais desafiador.

Arrighi (1997) pertence ao grupo que discute o desenvolvimento como um mito. Nas suas pesquisas, ele demonstra a dificuldade da mobilidade ascendente na hierarquia da economia capitalista mundial. Ele classifica os países em "núcleo orgânico", com os poucos países centrais mais ricos, a “periferia”, com os países mais pobres, os "semiperiféricos", considerados os "emergentes". Nessa tipificação, existem poucas possibilidades de um país alterar a sua posição na classificação proposta. Vale mencionar que essa classificação levou em conta o Produto Nacional Bruto, considerando o crescimento econômico e desenvolvimento. Nessa perspectiva, Arrighi (1997) afirma que o desenvolvimento necessita da existência do subdesenvolvimento para que possa se perpetuar, isto é, o “núcleo orgânico” depende da “periferia” e da “semiperiferia” para manter-se em sua posição hegemônica.

Até a década de 1960, os países desenvolvidos eram os países ricos, industrializados. Desta forma, desenvolvimento e crescimento econômico eram basicamente a mesma coisa. Porém, a semi-industrialização dos países marginais como o Brasil, por exemplo, não se traduziu em melhor qualidade de vida à população pobre, como ocorreu nos países considerados então desenvolvidos. Veiga (2010) afirma que a partir daí, o debate sobre desenvolvimento toma dimensões maiores.

Os estudos de Sen (2010) apontaram que apenas as variáveis econômicas não eram suficientes para entender e promover os processos de desenvolvimento, nestas variáveis incluem os aspectos sociais, políticos, ambientais e culturais. A obra do autor (SEN, 2010), publicada na sua primeira edição em 1999, mostra que o desenvolvimento vai além das questões até então preconizadas. O desenvolvimento passa principalmente pela superação da privação das capacidades individuais. Alguns pontos são considerados fundamentais: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a uma vida digna e ser capaz de participar da vida da comunidade.

Veiga (2010) aborda que o marco inicial que difundiu o desenvolvimento como um conceito, além do crescimento econômico, foi quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) juntamente com o primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990. O IDH considera nos seus cálculos três dimensões, a oportunidade de ter uma vida longa, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno.

Considera-se uma região, uma comunidade desenvolvida, aquela onde seus habitantes, na sua maioria, têm acesso aos bens básicos, como moradia, alimentação, saúde e segurança. Ressalta-se que em muitos países, o desenvolvimento ocorre em matizes localizacionais. Isso é observado no Brasil, onde parte da população vive em condições bem melhores que outras. Diante disso, o desafio é diminuir as desigualdades regionais e, desta forma, políticas de desenvolvimento regional são necessárias para buscar soluções que mitiguem situações de pobreza e falta de acesso às necessidades básicas.

No Brasil, com o objetivo de estabelecer essas políticas, foi criado em 2009, o Ministério de Integração Nacional (BRASIL, 2008). Somente nas últimas décadas é

que no País essas pesquisas na área de desenvolvimento regional vem ocorrendo. As regiões Sul e Sudoeste destacam-se com pesquisadores de algumas universidades que têm contribuindo de forma satisfatória para a formação de uma massa crítica nessa área.

Dallabrida (2011), por exemplo, aborda o desenvolvimento regional a partir da governança territorial. Refere-se ao termo governança territorial como “[...] iniciativas ou ações que expressam a capacidade de uma sociedade organizada territorialmente para gerir os assuntos públicos a partir do envolvimento conjunto e cooperativo dos atores sociais, econômicos e institucionais” (DALLABRIDA, 2011, p. 17).

O desenvolvimento (local, regional, territorial) pode ser entendido como um processo de mudança estrutural empreendido por uma sociedade organizada territorialmente, sustentado na potencialização dos recursos e ativos (genéricos e específicos, materiais e imateriais) existentes no local, com vistas à dinamização socioeconômica e a melhoria da qualidade de vida de sua população (DALLABRIDA, 2011, p. 19).

No presente estudo, o termo desenvolvimento está inserido nas reflexões feitas por Sachs (1993, 2009) nas dimensões econômica, ambiental, social, política, espacial e cultural.

De acordo com Sachs (1993), a sustentabilidade social é entendida como a concepção de um plano de desenvolvimento que tenha como objetivo a construção “[...] de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres” (SACHS, 1993, p. 37). A sustentabilidade econômica é alcançada pela viabilização e implementação de gestão eficiente a fim de reduzir as diferenças regionais. A sustentabilidade ambiental está relacionada com a capacidade de carga dos ecossistemas; a capacidade da natureza para absorver e recuperar-se das agressões antrópicas. A sustentabilidade espacial diz respeito às configurações do espaço, com vista à melhoria do ambiente. A sustentabilidade política vincula-se ao processo de construção da cidadania e à busca de garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento. E, finalmente a sustentabilidade cultural está relacionada ao caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais.

## 2.2 Atores institucionais no desenvolvimento

Partindo da concepção que a cooperação está inserida nos processos de desenvolvimento (BANDEIRA, 1999; RAMBO; FILIPPI, 2009; AGNE; WAQUIL, 2011; ANDRADE, LUCENA GOMES, CÂNDIDO, 2012; RODRIGUES et al., 2012), torna-se necessário conhecer de que forma os atores sociais e institucionais estão inseridos nesses processos. Conhecer a articulação das instituições e a necessidade do entendimento de uma abordagem mais sistêmica, são aspectos cada vez mais relevantes na busca do entendimento dessas relações.

Dentro dessa perspectiva, muitos estudos avaliam e propõem a construção de um modelo de interação entre as diversas instituições locais, na busca conjunta e articulada de soluções frente aos problemas crescentes e complexos da sociedade atual. A visão sistêmica reconhece a complexidade, a instabilidade e a intersubjetividade dos problemas existentes e busca através dos atores envolvidos o caminho para a resolução dos mesmos (VASCONCELLOS, 2002).

No presente estudo, o termo Instituição se refere a todas às organizações, associações, representações de classe, sindicatos e órgãos públicos que existem na localidade e cujas ações são voltadas para a defesa e a promoção dos interesses de um determinado grupo social ou de uma parcela de sua população (MULS, 2010). No caso em questão, a agricultura familiar.

A interface desenvolvimento e instituições são abordadas por Pessali e Dalto (2010).

A noção de instituições gravita em torno de duas visões. Uma as caracteriza essencialmente como estruturas sociais que restringem a ação humana. [...] A outra visão é mais inclusiva, encampando não só o caráter limitador, mas também o caráter motivador e formativo das instituições como estruturas sociais que capacitam e impelem indivíduos a tomar certos cursos de ação. Assim, instituições são vistas como sistemas duráveis de regras sociais que estruturam a interação social ao restringir, orientar e formatar o comportamento humano (PESSALI; DALTO, 2010).

Douglass North, vencedor do Nobel de Economia em 1993, passou a ser referência importante para o estudo do desenvolvimento das economias no longo prazo e as instituições. As suas obras partiram de incursões históricas e teóricas, nas quais o autor procura demonstrar como o crescimento de longo prazo de uma sociedade é condicionado pela formação e evolução de suas instituições (GALA,

2003). O autor Gala (2003) discute que o problema econômico de muitas sociedades não está no avanço tecnológico ou na acumulação de capital, mas sim nas regras ou arranjos institucionais que estimulam ou inibem o desenvolvimento.

Muls (2010) faz a análise de alguns conceitos da área de economia institucional que são úteis para o estudo das experiências de desenvolvimento endógeno. Aborda ainda o conceito de capital social e o entendimento da importância da formação de redes entre os organismos e instituições locais, que podem contribuir positivamente para o avanço do debate sobre desenvolvimento.

Em sua obra, Higgins (2005) discute os fundamentos teóricos do capital social. Inicia sua discussão refletindo como algumas sociedades, a cooperação e a autogestão permitem atingir o desenvolvimento de forma rápida e eficiente, contrapondo a outras, em que a corrupção e o individualismo permeiam as práticas culturais. Apresenta ainda o capital social como o quinto fator de produção, juntamente com a terra, trabalho, capital físico e capital humano. Aborda que os fatores econômicos não vão muito longe, se as pessoas não são capazes de gerir os recursos com espírito de cooperação e compromisso com os objetivos comuns.

Atualmente, organizações mundiais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), trabalham com a abordagem do capital social com o objetivo de entender por que algumas comunidades com características similares, nos aspectos físicos, por exemplo, apresentam melhores índices de desenvolvimento (ATRIA et al., 2003).

De acordo com Muls (2010) vários autores discutem o conceito de capital social sob diferentes enfoques. O primeiro a discutir o tema foi Pierre Bourdieu (1980). Ele procurou mostrar o conceito como a construção de uma rede durável de relações que permitiria ao indivíduo (ou grupo) associar um capital que estivesse fora do circuito econômico, mas que este mesmo capital (cultural e social) poderia ser usado para a acumulação e a reprodução social. Bourdieu (1980) aborda ainda que o capital social é o conjunto de relações que podem ser mobilizados efetivamente para beneficiar o indivíduo ou a sua classe social, ou seja, ele permite às pessoas mais êxito na competição social.

Muls (2010) menciona que o conceito de capital social na visão de Coleman, na década de 1990, mostrou como os dilemas da ação coletiva poderiam ser

resolvidos por meio da noção de capital social. Fukuyama (2003), também na década de 1990, afirmou que a capacidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores, virtudes que são encontradas no estoque de capital social de uma determinada comunidade. Fukuyama (2003) discorre ainda que capital social não pode ser adquirido simplesmente por indivíduos agindo por conta própria, uma vez que o mesmo é uma construção coletiva e histórica.

Outro autor que discute o tema e o popularizou no Brasil, fazendo uma série de pesquisas em campo, foi Robert Putnam (PUTNAM, 2002). Ele refere-se ao capital social como as práticas sociais, normas e relação de confiança que existem entre cidadãos de uma sociedade, sendo entendido também como um conjunto de crenças compartilhadas que melhora o desempenho dos estados democráticos. Os sistemas de participação que estimulam a cooperação como confiança, ajuda mútua, reciprocidade, solidariedade, foram mostrados nos seus estudos como variáveis de desenvolvimento.

Confiança, normas, cadeias de relações sociais são tipos de capital social. O capital social facilita a cooperação espontânea e tal como sucede com o capital convencional, os que dispõem dele, tendem a acumular mais. O capital social multiplica-se com o uso e mingua com o desuso. Por esse motivo, a criação e dilapidação do capital social se caracterizam por círculos virtuosos e círculos viciosos (PUTNAM, 2002, p.180).

Colaborando com a abordagem conceitual, Uphoff (2000) demonstra em seus estudos, que a identificação do capital social é a incidência de várias formas de organizações formais e informais voltadas para o bem-estar coletivo. O autor identifica duas categorias de capital social: a estrutural e a cognitiva, que se inter-relacionam. A primeira se manifesta nas regras, nos papéis, nos padrões de interação, nos procedimentos das organizações sociais. Já o segundo, manifesta-se por meio de normas, valores, atitudes e crenças.

Capital social é uma acumulação de vários tipos de ativos sociais relacionados com o psicológico, cultural, cognitivo e institucional que aumentam o montante (ou a probabilidade) do comportamento cooperativo de benefício mútuo (UPHOFF, 2000, p. 216).

Discutir a formação de capital requer uma análise sobre a capacidade institucional das organizações envolvidas. Em sua pesquisa, Huerta (2008)

estabelece um roteiro metodológico para avaliar a capacidade institucional dos governos na gestão dos assuntos públicos. A autora menciona que a capacidade institucional demanda inicialmente uma capacidade política, entendida esta como a existência de uma interação política, que é delimitada por normas e regras propostas pelos atores que são integrantes do Estado. Pontua ainda, que a capacidade institucional está associada à forma como se relacionam os atores sociais que lutam para participar ativamente nos campos da esfera pública (HUERTA, 2008).

Dallabrida (2006) discute que o desenvolvimento conta com a dimensão tangível, material (traduzida principalmente nos aspectos econômicos), e a dimensão intangível, ou seja, imaterial. Essa segunda dimensão refere-se à capacidade coletiva para realizar ações de interesse da sociedade. Além de considerar o capital social dentro dessa perspectiva, o autor aborda também conceitos correlatos, tais como os de capital sinérgico e densidade institucional, aliado a questão do empoderamento. Partindo dessa reflexão, ele considera necessário aprofundar a ação do estado, com sua prática de governar, na contribuição de geração ou aumento do estoque de capital social numa região ou território.

Rambo e Filippi (2009) afirmam que a densidade institucional proporciona uma interação propícia numa dimensão local/regional.

[...] a interação entre atores da sociedade civil, estado e mercado, em torno de um objetivo comum, e sua interação com as demais escalas de poder e gestão tende a tornar o processo de desenvolvimento mais participativo e mais adequado à realidade sócio, político, cultural e ambiental local (RAMBO; FILIPPI, 2009, p. 141).

Desta forma, identificar e analisar a dimensão intangível do desenvolvimento, ou seja, a rede de relações entre as instituições que acontecem, é importante nos processos de desenvolvimento de uma região. Torna-se necessário identificar se essas redes se colaboram no sentido de valorizar e potencializar o ambiente na busca de melhorias para a coletividade. Assim, quando o capital social está presente em uma sociedade e as instituições cumprem o seu papel, toda comunidade se beneficia, pois as tomadas de decisão, a implantação das ações, são feitas de forma colaborativa.

### 2.3 Agricultura Familiar no Brasil

O termo agricultura familiar começou a ser difundido no Brasil na década de 1990 com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Essa terminologia, com roupagem nova, diz respeito ao pequeno agricultor, lavrador, e no Brasil vem acompanhada de uma série de medidas governamentais e a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Wanderley (1999) apresenta o conceito de “[...] agricultura familiar como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1999, p. 21). A autora ainda faz uma reflexão apontando que a agricultura familiar não é uma nova categoria social dentro da Sociologia Rural. Porém nos últimos anos, no Brasil, vem com ares de novidade e renovação, sendo um personagem diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua condição de produtor moderno. Entretanto, esse agricultor mantém muitos traços desses camponeses e ainda enfrentam muitos desafios frente à modernização da agricultura brasileira.

Abramovay (2012) aborda que o agricultor familiar, diferentemente do camponês tradicional, assume a condição de produtor moderno integrado ao meio social e econômico, incorporando os avanços tecnológicos. Discute ainda as particularidades do setor no ambiente econômico.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante (ABRAMOVAY, 2012.p.219).

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, no seu primeiro artigo, estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Define Agricultura Familiar como uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, sendo os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, com ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2006).

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; V - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

No Brasil, os empreendimentos da agricultura familiar, além dessa denominação e caracterização descrita acima, ainda são classificados como microempreendedores individuais, que são pessoas que trabalham por conta própria e que se legalizam como pequeno empresário (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2014). Essa categoria, conforme estabelece a legislação, é acionada quando o agricultor agrega valor à sua produção, com o processamento dos seus produtos. Isso se torna uma exigência para acessar os mercados formais.

Outra categoria de empreendimento comum na agricultura familiar são as cooperativas de agricultores familiares, que são entendidos pela legislação vigente como empreendimentos econômicos solidários a partir do Decreto n. 7.358, de 17 de novembro de 2010 (BRASIL, 2010).

De acordo com Guanzioli e Cardim (2000), dentre os principais trabalhos que introduziram o conceito da agricultura familiar no Brasil, na década de 1990, estão os estudos encomendados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário ao Projeto de Cooperação Técnica do Instituto Nacional de Colonização Agrária e Reordenamento Agrário e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (INCRA/FAO).

O objetivo desse estudo era buscar a compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares e dos assentados, assim como dos sistemas de produção por eles adotados nas diversas regiões do país. O estudo de Guanzioli e Cardim (2000) indica que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região.

Outro ponto que merece destaque, que elucida a utilização do termo agricultura familiar no Brasil e a posterior formulação de políticas públicas para o

setor, apontado por Schneider (2003), foi a ativa articulação e os movimentos sociais liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), que congrega os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, principalmente com o evento “Grito da Terra”.

Ressalta-se que, antecedendo a criação do PRONAF em 1996, no ano de 1994 o governo criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), sob gestão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A principal dificuldade encontrada pelo BNDES foi a questão operacional de atuar junto a um público com características distintas de seu público usual. O ponto positivo do PROVAP “[...] foi indicar para a sociedade brasileira a existência de uma classe de produtores rurais marginalizadas de qualquer ação pública do Estado” (BRASIL, 2014, p. 4).

Na análise bibliométrica de Roder e Silva (2013), mapeando as teses de doutorado no Brasil sobre agricultura familiar, no período de 2000 a 2009, foram identificadas 153 teses sobre o tema. Destas, a maioria foram estudos feitos nas regiões Sul e Sudeste do país (110 trabalhos), seguida pela região Nordeste, com 23 teses, região Centro-Oeste com 13 e norte com 6. Em relação à temática, a maioria (122 teses), tratava de assuntos relacionados mais diretamente ao desenvolvimento rural. Sobressaíram as abordagens a respeito das ações, das políticas e dos atores, voltadas para o desenvolvimento rural.

O Brasil, como uma das atuais potências mundiais na produção de alimentos, não considerou nos seus programas de desenvolvimento a agricultura familiar ao longo dos anos. Schneider (2003) aborda que, numa visão bem simplista, é percebida uma polarização: de um lado a agricultura familiar, entendida como uma forma estagnada de produção, representada por pequenos agricultores, pobres, excluídos socialmente, tradicionais e, por outro lado, a agricultura empresarial, tecnificada e capitalizada.

O Censo do IBGE 2010 mostra que o país conta com 5.565 municípios, nos quais a maioria deles tem menos de 20.000 habitantes e que a economia gira em torno da agropecuária. Ainda dados do IBGE, com o Censo Agropecuário de 2006 (FRANÇA; DEL GROSSI; AZEVEDO MARQUES, 2009), demonstram que 84,4% dos estabelecimentos rurais são de agricultores familiares. O país, que teve sua

história econômica alicerçada na produção agrícola, tendo base escravocrata de mão de obra, fala oficialmente que no ano de 2000, 81% da população era urbana e que esse número subiu em 2010, para 84%. Os estudos de Veiga (2002) questionam essa classificação e mostra que o Brasil é muito menos urbano que se fala.

Desta forma, as políticas públicas que envolvem a agricultura de base familiar estão no centro do debate e pautadas na territorialidade. No Brasil, essa política é representada pelo Programa Nacional de Desenvolvimento dos Territórios Rurais. Desenvolvimento territorial supõe a participação organizada de atores sociais na tomada de decisões quanto ao uso dos recursos públicos de uma região (ABRAMOVAY; MAGALHÃES; SCHRODER, 2010). Consequentemente, conhecer a realidade a partir de indicadores de desenvolvimento e buscar a participação ativa dos atores locais na busca de resolução dos problemas, torna-se indispensável.

Além do PRONAF, instituído em 1996, outras políticas para o setor podem ser citadas, como: o Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), instituído em 2003 pela Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, teve como finalidade incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos (BRASIL, 2003). Destaca-se também o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de fomentar e fortalecer a agricultura familiar a partir dos territórios. E ainda, a Lei n. 11.947 de 2009 (BRASIL, 2009), preconiza que no mínimo 30% dos recursos gastos com a alimentação escolar venham da produção familiar.

Historicamente, os programas de desenvolvimento rural acompanharam as transformações na sociedade e as diretrizes políticas dos governos. Assim, os anos 1970 foram marcados pelas políticas de modernização da agricultura inspiradas nos princípios da Revolução Verde, com total ênfase na mudança de padrões. Nos anos 1990, as ações do estado priorizam a agricultura familiar no contexto do território social. Nesse sentido, o objetivo foi a transformação das estratégias do governo, buscando no controle social a participação de atores sociais no processo de

definição do papel do setor produtivo rural, tendo em vista o desenvolvimento local sustentável no contexto de um novo mundo rural (FLORES, 1999).

Até a década de 1990, os agricultores no Brasil eram tratados da mesma forma. Médios e grandes produtores sempre tiveram acesso ao crédito rural, sinônimo de política agrícola no país, que se mostrou, até então, seletivo e concentrador de renda. Os pequenos agricultores sempre ficaram à margem dos programas de políticas públicas. Fato que começou a mudar com a criação do PRONAF em 1995 (PERACI; BITTENCOURT, 2010).

Atualmente, os programas do governo federal como o PRONAF, criados a partir da década de 1990, estão colocando instrumentos para o agricultor familiar aumentar a sua renda e melhorar suas condições de vida. Essas políticas compensatórias visam mitigar as distorções sociais e regionais causadas ao longo de anos, consequência de políticas que não contemplaram as dimensões sociais e culturais nas suas formulações. Entre esses instrumentos destacam-se a disponibilidade do crédito e o acesso aos mercados institucionais, como a obrigatoriedade da aquisição de produtos na alimentação escolar, nas redes públicas de ensino (BRASIL, 2013).

No Brasil, os programas de política pública foram voltados para os grandes agricultores, voltados principalmente para os produtos de exportação. Somente nas últimas décadas a atenção se voltou para a agricultura familiar, oportunidade em que os agricultores tiveram acesso ao PRONAF. “[...] Até o início da década de 90, não existia nenhum tipo de política pública, com abrangência nacional, voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares [...]” (MATTEI, 2005, p. 11).

Sabourin, Xavier e Triomphe (2009) abordam em seu trabalho que a agricultura familiar não acompanhou no Brasil, nas últimas décadas, o mesmo crescimento que se observou na agricultura empresarial. Descreve ainda a realidade institucional relacionada à agricultura familiar no Brasil, nos últimos anos. Cita a desarticulação do sistema oficial de extensão rural; a fragilidade organizacional dos agricultores (principalmente pelo uso de modelos organizacionais pouco adaptadas às suas relações sociais); a formação de profissionais de ciências agrárias focada numa visão tecnicista e produtivista, afinada com o modelo de agricultura

empresarial, e observa o fato da maior parte da pesquisa agropecuária ser voltada apenas aos aspectos tecnológicos da produção.

Ainda neste contexto, situando a agricultura familiar como um setor à margem do desenvolvimento rural no Brasil, Xavier et al. (2007) mencionam que as entidades e os agentes de desenvolvimento local ainda não se articularam de forma adequada para implementarem propostas voltadas para o desenvolvimento, possivelmente em razão das divergências nas formas de atuação, no levantamento das demandas e na própria qualificação dos seus atores.

Xavier et al. (2007) afirmam que é necessário a realização de pesquisas, a experimentação em escala real no enfoque pesquisa e desenvolvimento, com busca em melhorias técnicas, econômicas e sociais. Não basta apenas realizar pesquisas e propor inovações, “[...] a capacidade dos agricultores de mudar, de se apropriar das inovações e de manejar as consequências e implicações das inovações é que determina o êxito ou o fracasso das intervenções” (XAVIER et al., 2007, p. 100).

Durante muito tempo, a transferência de tecnologia para o meio rural se deu de forma linear, ou seja, as pesquisas eram realizadas e as inovações eram transmitidas pelas agências de extensão rural aos agricultores. No enfoque da pesquisa e desenvolvimento, esse esquema linear é substituído por uma relação triangular recíproca entre os diferentes participantes e em todas as etapas do processo de transformação das condições de produção, ou seja, a pesquisa gera o conhecimento, a inovação, a extensão difunde e o produtor adota (GASTAL et al., 2002; XAVIER et al., 2007).

As pesquisas no âmbito da agricultura familiar, de acordo com Gastal et al. (2009), devem abordar diferentes temas, no olhar voltado ao desenvolvimento sustentável, indo desde a conservação dos recursos naturais, passando pelos sistemas de produção, mercado, formação integral dos agricultores e suas organizações, indo até os processos organizativos.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade do estudo, no enfoque da pesquisa, desenvolvimento e inovação nos processos ligados à produção agrícola de base familiar. Um novo olhar dos pesquisadores e suas instituições, das agências de extensão rural, que nos últimos anos voltaram suas ações para processos tecnicistas e produtivistas. Torna-se necessário um construir coletivo, onde os

resultados aparecerão a partir das intervenções e inovações mais diversas dimensões do desenvolvimento.

Além do PRONAF, existem outros programas de apoio à agricultura familiar, entre elas os programas ligados aos mercados institucionais, que se apresentam como uma alternativa de aproximar a produção de base familiar ao consumo (VALNIER, 2011; VILLA REAL; SCHNEIDER, 2013).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), surgiu em 2003, como proposta integrante do Programa Fome Zero, carro-chefe das ações do governo para o combate à fome e à miséria (PERACI; BITTENCOURT, 2010). Esse programa propôs o estímulo à produção de alimentos pelos agricultores familiares, tanto para o consumo próprio como para a comercialização e geração de renda, e se baseou nos seguintes objetivos:

- i) incentivar a produção de alimentos pelos agricultores familiares mais pobres, contribuindo assim para sua segurança alimentar; ii) gerar renda entre os agricultores familiares mais pobres com a venda do excedente de sua produção ao governo federal; iii) incentivar a criação ou o desenvolvimento de canais de comercialização da produção familiar nas comunidades onde estes eram frágeis ou inexistentes; iv) ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares, procurando garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; e v) promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (PERACI; BITTENCOURT, 2010, p. 197).

Valnier (2011), em sua pesquisa, abordou a melhoria na renda dos agricultores familiares beneficiados pelo PAA. Os números mostraram resultados concretos, segundo os quais a segurança na comercialização reflete na melhoria de vida, não só dos agricultores familiares que participam do programa, mas também de todo o local e região onde eles estão inseridos. O programa mostrou-se importante para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, por valorizar os produtos da agricultura, aproximando produtor e consumidor. O programa vem ampliando a participação da agricultura familiar no mercado, principalmente para aqueles agricultores familiares que não conseguiam atingir outros mercados.

Com a possibilidade de acessar recursos do PAA, há a garantia de renda para os agricultores familiares e também melhoria nas condições de alimentação das pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. A fome e a insegurança alimentar e nutricional ainda são

uma realidade fortemente presente no Brasil, e a agricultura familiar tem um papel de destaque nesse contexto, podendo contribuir e se beneficiar dessa situação (PERACI; BITTENCOURT, 2010).

Outra ação do governo federal de incentivo à aproximação da produção da agricultura familiar ao consumidor foi a sanção da Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009 (BRASIL, 2009), que estabeleceu um percentual mínimo de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassados aos municípios pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais devem ser destinados à aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, ampliando significativamente o mercado institucional do PAA.

Quanto às questões nutricionais e a busca por hábitos saudáveis de consumo, atualmente, no Brasil, o problema da desnutrição vem passando por um processo de transição nutricional. Nesse aspecto, a questão da baixa nutrição tem sido transferida para a má nutrição, cuja consequência é o aumento dos índices de sobrepeso e de obesidade. Essa transição nutricional tem vários motivos, entre os quais: o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, a ausência de atividade física, o excesso de tarefas e o tempo limitado para as refeições, aumentando, assim, a procura por alimentos rápidos, de fácil preparo, como os alimentos industrializados, alimentos que carregam uma carga excessiva de açúcar, de sal, de gorduras, além de aditivos químicos (VILLA REAL; SCHNEIDER, 2011).

Aliado a esse cenário, observa-se que as crianças estão assumindo um papel cada vez mais importante nas decisões do consumo alimentar familiar, o que as torna um segmento de mercado cada vez mais visado nas estratégias de marketing das empresas de produtos industrializados. Souza e Révillion (2012), em seu trabalho, evidenciam que a adoção de padrões inadequados de alimentação, têm gerado a emergência de novos problemas de saúde na população infantil brasileira, e que esse quadro é agravado pelo conflito de parte do setor processador de alimentos e órgãos públicos de regulação, em particular no que diz respeito à competência de regular a publicidade de alimentos para esse segmento de consumidores.

Dessa forma, tanto o PAA quanto o PNAE se apresentam como um modelo que promove a aproximação de agricultores familiares e consumidores, fazendo a

conexão entre campo e cidade. Nessa perspectiva, esses programas aparecem como possibilidade de auxiliar no enfrentamento das problemáticas referentes ao consumo e à produção de alimentos, contribuindo tanto do ponto de vista social, quanto do nutricional e econômico. Muitas dificuldades e desafios estão colocados na dimensão local, onde os atores sociais se articulam para que, de fato, os mercados institucionais sejam acessados.

O artigo segundo da lei de criação do PRONAF, diz que o programa “[...] assenta-se na estratégia da parceria entre os Governos Municipais, Estaduais e Federal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações” (BRASIL, 1996, Art. 2). Desta forma, seguindo os princípios de gestão social da Constituição de 88, e independente da articulação local entre governo e entidades ligadas à agricultura familiar, a lei está posta e cabe aos atores locais se organizarem para ter acesso à mesma. Há necessidade de fortalecimento da cooperação, e o entendimento do capital social surge como elemento estratégico para a aplicabilidade das políticas de desenvolvimento.

Mesmo com mais uma década de estabelecimento do PRONAF, uma parcela de agricultores familiares ainda se encontra excluída. Apesar de muitos resultados positivos, o programa ainda não conseguiu chegar a todos (MATTEI, 2005). O grande desafio é a aplicação dessas leis na dimensão local. Muitos municípios ainda não se organizaram para efetivar essas políticas. Considerando que a cooperação está inserida nos processos de desenvolvimento, resta saber o que se tem feito na dimensão local. Quais são as instituições envolvidas com a agricultura familiar (governo regional/local, organizações sociais, iniciativa privada, universidades) e como está a articulação entre elas. Essa análise é importante para entender a dinâmica do setor e buscar soluções para enfrentar as dificuldades.

### **2.3.1 Desenvolvimento com sustentabilidade na Agricultura Familiar**

Delimitando o interior do Brasil, discutir o desenvolvimento, especificamente o desenvolvimento rural, é fundamental em razão da importância do setor para as

relações econômicas, tanto na dimensão nacional, como regional e local (PEREIRA, 2004). Essa abordagem permeia também a relação cidade-campo, que nos últimos anos passou por transformações (SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002; MONTE-MÓR, 2006).

Silva, Del Grossi e Campanhola (2002) relatam os resultados do Projeto Rurbano: caracterização do Novo Rural Brasileiro, que teve por objetivo analisar as transformações nas relações urbano-rural, discutindo alguns velhos mitos como o que prega que o espaço rural é sinônimo de atraso. Outras questões abordadas no estudo foram a pluriatividade, as rendas agrícolas e não-agrícolas, a proximidade da produção com a indústria e as atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e à prestação de serviços.

Monte-Mór (2006) faz uma discussão na relação campo-cidade na atualidade, abordando que apesar de legalmente no Brasil, as cidades serem definidas pelos perímetros urbanos, essa fronteira é cada vez mais difusa e de difícil identificação. A cidade, marcada pela entrada da produção, é espaço de poder e traz com ela a classe trabalhadora, transformando a produção e se responsabilizando pelo mercado. O campo, até então isolado e autossuficiente, passou a depender das máquinas e insumos da cidade para dar suporte à produção. Ambos, cidade e campo, contêm processos de competição e cooperação (MONTE-MÓR, 2006).

Para discutir desenvolvimento rural no Brasil é coerente fazer uma retrospectiva. Alves (1993) analisando as fases da política agrícola no Brasil, no decorrer da sua história, a divide em três fases relacionadas ao desenvolvimento rural. A primeira fase é a Conquista do Território (até 1950). O autor demonstra que as principais características neste período são a pequena intervenção do governo quanto às políticas públicas dedicadas a agricultura e ainda, que a agricultura era baseada na exploração intensiva dos recursos naturais e do trabalho. Os produtos agrícolas importantes na época foram, a saber: a cana-de-açúcar, o café, o cacau e da borracha natural. A agricultura expandia-se em razão da busca por terras férteis das florestas (Paraná, Minas Gerais, São Paulo). O impacto da ciência era diminuto.

A segunda fase denominada por Alves (1993) corresponde à industrialização (1950 até meados da década de 1980), que é caracterizada pela modernização da Agricultura - Revolução Verde, com o uso dos insumos criados pelo homem. O

cenário neste período coincide com o final da Segunda Guerra Mundial, em que enormes somas de recursos foram transferidas da agricultura ou captadas do exterior como empréstimos. Fecharam as exportações para favorecer a indústria que nascia e restringiram-se as exportações de produtos agrícolas para evitar pressão sobre os preços dos alimentos.

Nessa fase, identificam-se dois períodos. O primeiro de 1950 a 1964, quando a agricultura foi desconsiderada como capaz de contribuir para a transformação da economia, pois acreditava-se que a indústria arrastaria a agricultura. Iniciava-se em São Paulo um surto de modernização da agricultura com a criação do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Foi um período marcado pela construção de estradas e, conseqüentemente, com o acesso a novas áreas de cultivo, o que deu início a discussão da reforma agrária.

O segundo período, que estende de 1964 até meados da década de 1980, a população cresceu rapidamente, principalmente a urbana e ocorre a expansão da fronteira agrícola para o Cerrado brasileiro. Estimularam-se as exportações atendendo aos produtores com bom nível de instrução e crédito agrícola subsidiado, por meio de políticas de desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO). Foram dados amplos incentivos à agroindustrialização, insumos, máquinas e equipamentos, como ao processamento dos produtos. Estimulou-se a verticalização da produção, principalmente de aves e suínos. A extensão pública e privada e a pesquisa agropecuária, através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) foram fortalecidas. Nesse período, foi realizado também um amplo programa de construção de estradas e aprovou-se a Lei da Reforma Agrária (ALVES, 1993).

A terceira fase, pós-muro de Berlim, se apresenta num contexto de economia aberta, globalização, e a agricultura tem que ser competitiva. O conceito de agricultura sustentável, com restrições sobre meio ambiente e acordos internacionais vem à tona. Subsídios só em casos especiais. Leva vantagem quem possui um sistema de geração de tecnologia mais competitivo. Num país urbanizado, quem leva a maior quota é a agroindústria (ALVES, 1993).

Com esse texto, o Alves (1993) demonstrou as implicações das políticas agrícolas para a agricultura dentro de um contexto de abertura externa, em que a

agricultura moderna, baseada no conhecimento científico e na tecnologia, discriminava os analfabetos e pouco instruídos.

Rodolfo Hoffmann (2001, 2011), em suas pesquisas, relaciona a estrutura fundiária com a elevada desigualdade de distribuição de renda no Brasil. Ele aborda que:

A explicação dessa desigualdade teria de ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários (HOFFMANN, 2001, p. 67).

Hoffmann (2011) observa ainda que não há indicações que demonstram mudanças substanciais na distribuição de posse da terra e na distribuição da renda agrícola nos últimos anos no Brasil. Menciona também que os programas de transferência de renda e o crescimento real do salário mínimo tiveram impacto positivo na redução da desigualdade na renda do Brasil no período de 1995 a 2009.

Ainda, nas discussões sobre o desenvolvimento rural no Brasil, Schneider (2010) faz a seguinte reflexão:

[...] a discussão sobre o desenvolvimento rural no Brasil está impregnada de um sentido político e ideológico que se alimenta e fortalece à medida que a polarização entre os defensores do agronegócio e da agricultura familiar (embora não só esta) ganham destaque e legitimidade. Outro fator que contribui com a emergência da discussão sobre desenvolvimento rural foi o modo com que as questões ambientais e aquelas relacionadas com a sustentabilidade foram incorporadas ao tema mais geral sobre desenvolvimento (SCHNEIDER, 2010, p. 525).

Quando se debate agricultura familiar, vem à mente o pequeno agricultor, aquele que também leva o nome de caipira, caboclo, roceiro. Esses termos remetem a uma visão preconceituosa do agricultor analfabeto, vinculado à baixa renda, que cultiva a terra apenas para a sua subsistência, não contribuindo em nada com a economia. Sousa e Cabral (2009) afirmam que a agricultura familiar é um universo complexo, diverso e fascinante, onde a diversidade, seja nos sistemas de produção, seja no modo de vida, é a característica marcante.

Outra visão que faz parte do senso comum é pensar que a agricultura familiar e o agronegócio fazem parte de universos diferentes, entendendo o agronegócio como sinônimo de agricultura empresarial. O termo agronegócio se refere à soma de

todas as operações envolvidas na produção, processamento e comercialização dos produtos agroalimentares, sendo produzido por agricultores patronais ou familiares (CAUME, 2009).

Silva, Gomés e Castañeda (2010) analisaram oito países na América Latina que tiveram como base os diferentes modelos de desenvolvimento do setor agropecuário e os impactos sobre os níveis de pobreza rural. No processo de industrialização desses países, a agricultura teve um papel subordinado. Esta subordinação foi representada pela produção a preços que permitiram aos setores urbanos ter acesso aos alimentos com salários compatíveis com a capacidade de remuneração da indústria que nascia. Isso explica que os governos aplicaram políticas que fixaram preços aos produtos agropecuários alimentícios em um nível relativamente baixo, e explica também o lento crescimento da produção agropecuária. O estabelecimento desse modelo significou o abandono, por parte dos governos, da preocupação pelo desenvolvimento rural.

Os autores afirmaram ainda, que a população rural ficou a mercê dos programas de desenvolvimento, vivendo em condições de pobreza que se expressava em baixos índices de alfabetização, salubridade, escolaridade, moradia e emprego. Nesse sentido, o êxodo rural para as grandes cidades naquela época, ocorreu de forma intensa. No final da década de 1960, quando se denunciava as crises do modelo de industrialização, se constatava um atraso na estrutura agrária que predominava na América Latina (SILVA; GOMÉS; CASTAÑEDA, 2010).

Posteriormente, com o processo de globalização, definiu-se que o setor agrícola deveria encontrar uma nova estrutura produtiva, em função das vantagens comparativas que tem cada um dos países. Em função destas vantagens, cada país deveria especializar-se em produzir somente produtos com inserção no mercado internacional, gerando excedentes. Assim, se estabelece o modelo agroexportador que predomina atualmente na América Latina. As principais conclusões dos estudos é que, pode-se observar um crescimento significativo da produção agropecuária, mas concentrada em algumas regiões, em determinados produtos ligados a mercados externos. No Brasil, o crescimento na Região Centro-Oeste é referência e em menor escala na região Sul, com três produtos que se destacam: algodão, soja e frango, com empresários que usam tecnologia de ponta. Desta forma, há a

necessidade de incorporar às políticas públicas que considerem os fatores condicionantes da pobreza. No caso do Brasil, aparece em primeiro lugar a extensão dos benefícios dos programas regulares da previdência social para o campo e, em segundo lugar, a importância dos programas de transferências condicionadas, como por exemplo, o programa Bolsa Família (SILVA; GOMÉS; CASTAÑEDA, 2010).

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, incorporou a abordagem territorial como base conceitual de sua formulação e implementação (BRASIL, 2013). E, alinhado a isso, nas políticas de desenvolvimento regional, a premissa é pensar a região na dimensão do território ou um sistema local. Moraes (2003) aborda a formação dos sistemas agroalimentares localizados como estratégia de desenvolvimento. O sistema parte do aproveitamento das potencialidades locais e das oportunidades externas de mercado. Nesse contexto, estado, associações, cooperativas, movimentos sociais e agentes econômicos são fundamentais em torno de ações que promovam a geração de renda e oportunidades de trabalho.

Partindo de um cenário de complexidade e multifacetário, entende-se que a articulação dos atores institucionais se apresenta como premissa na busca do desenvolvimento sustentável. Cita-se o exemplo de Bandeira (1999), que faz uma reflexão sobre o desenvolvimento em algumas regiões no Brasil a partir de práticas participativas visando ao desenvolvimento regional. O autor descreve e analisa experiências de participação da sociedade civil em face à problemática e as políticas de promoção do desenvolvimento regional. Essas práticas revelam-se importante na formulação e na implementação de políticas públicas.

Ainda, Agne e Waquil (2011) analisando os canais de comercialização de produtos da agricultura familiar em alguns municípios do Rio Grande do Sul, demonstraram as redes de proximidade e o papel da interação dos atores sociais. Abordou ainda que os produtos diferenciados das agroindústrias familiares se contrapõem à padronização da alimentação na atualidade e ainda enfocou a importância dos atores sociais rurais na construção das relações de produção e comerciais. Abramovay, Magalhães e Schroder (2010) mencionam uma das mais importantes tensões que vivem os movimentos sociais contemporâneos, a que opõe representatividade e inovação, examinando duas organizações egressas de

movimentos sociais: a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), uma organização sindical, e o Sistema de Cooperativas de Crédito Solidário (CRESOL) da Região Sul, destacando o importante papel da participação.

Diante dos pontos apresentados, observa-se que há um esforço por parte do governo federal em fortalecer a agricultura familiar, competindo aos estados e municípios unir esforços para colocar essas políticas em prática. Aos municípios, onde de fato tudo acontece, cabe aos atores locais articularem entre si, buscando as estratégias mais adequadas para dar condições aos agricultores familiares de produzirem e ter acesso aos mercados, contribuindo desta forma para o desenvolvimento da coletividade.

### **2.3.2 Agricultura Familiar Sustentável**

A definição da Agricultura e Desenvolvimento Rural Sustentado foi primeiramente apresentada em uma reunião da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), em Den Bosh em 1991 (GIORDANO, 2000). A nova visão instituída tem como premissa, o uso controlado dos recursos naturais, com a utilização de práticas que minimizem os impactos ambientais. Tais ações vêm de encontro aos vários acordos internacionais, que têm nas restrições ambientais e sociais, as bases para as mais diversas negociações. Isso sem contar a preocupação crescente dos consumidores, que a cada dia mais, têm optado por produtos seguramente saudáveis, como no caso dos produtos orgânicos e de origem conhecida.

Diante disso, a questão da sustentabilidade na agricultura começou a ser discutida face ao modelo instalado no pós-guerra, década de 1950. Pouco dependente e bastante depredatória dos recursos naturais, esse modelo não considera a dinâmica dos fatores que interagem no meio produtivo.

O modelo industrial agroquímico adotado no pós-guerra, período conhecido como Revolução Verde, está sendo repensado na agricultura familiar e vem gradativamente sendo substituído por modelos com princípios da agroecologia. Apesar dos ganhos da modernização da agricultura, o problema da fome, por

exemplo, não foi solucionado. Esse fato demonstrou que o problema não se deve a uma produção insuficiente de alimentos e sim à má distribuição de renda e à desigualdade social, que impedem o acesso ao alimento. Por outro lado, a implantação da agricultura industrial demanda o uso intensivo de agrotóxicos, cujos efeitos negativos à saúde humana e ao ambiente são evidentes (ZIEMBOWICZ et al., 2007; NAVOLAR; RIGON; PHILIPPI, 2010).

Atualmente, a agricultura familiar vem ganhando novos ares graças às políticas públicas instituídas e o suporte do meio acadêmico, com a realização de pesquisas nas múltiplas dimensões que o setor está inserido (MATTEI, 2005; SCHNEIDER, 2010).

Sachs (2009), na sua obra “Caminhos para o desenvolvimento sustentável”, lista prioridades de pesquisas para o Brasil. Entre elas, “[...] o estudo de sistemas de produção integrada, adaptados às condições locais, deve prosseguir em diferentes escalas de produção, desde a agricultura familiar aos grandes sistemas comerciais [...]” (SACHS, 2009, p. 39). Indica ainda a necessidade de buscar a modernização das técnicas empregadas pela agricultura familiar de subsistência.

Diante do exposto, ressalta-se que os modelos de agricultura praticados pela agricultura industrial, e aqui entenda-se também agricultura empresarial, não são compatíveis com as características da agricultura familiar (BALSAN, 2006; ZIEMBOWIC et al., 2007). Nesse modelo, a principal característica é o monocultivo, desconsiderando a diversidade inerente ao modelo familiar. Os agricultores têm manejado recursos genéticos desde que começaram a cultivar as plantas, porém a agricultura moderna acelerou a erosão genética e desconsiderou os esforços empreendidos pelos agricultores no sentido de conservar a agrobiodiversidade.

Nesse contexto, observa-se que agricultura familiar está relacionada diretamente às múltiplas dimensões da sustentabilidade. Quanto ao prisma das dimensões econômica e social, ela é geradora de renda e trabalho e também está intimamente ligada aos aspectos culturais, à segurança alimentar, à diversidade na produção, à valorização do ambiente, conforme descrito a seguir.

### **2.3.2.1 Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Social**

A agricultura familiar é sempre lembrada por sua importância na produção de alimentos e na geração de mão de obra no campo, visto que a agricultura empresarial utiliza processos mecanizados. Desta forma, a produção de alimentos, seja para o abastecimento local ou autoconsumo, focaliza-se mais nas funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista as características produtivas que incorporam baixa tecnologia e, com isso, menor produtividade.

De acordo com o Censo 2006 do IBGE, dos 5,175 milhões de estabelecimentos rurais no país, a agricultura familiar conta com 4,368 milhões, ocupando 80,25 milhões de hectares dos 329,94 milhões das terras ocupadas, o que corresponde a 24% do total. Mesmo contando com a mão de obra predominantemente familiar, onde na maioria das unidades produtivas desconsidera remuneração de gestão e valor de uso da terra, ainda ocupa 12,32 dos 16,57 milhões de pessoas (IBGE, 2006).

Segundo Abramovay (1998), a agricultura familiar é definida como um valor, muito mais que um segmento econômico e social claramente definido. O apoio que recebe vem das consequências que seu desenvolvimento pode propiciar melhores condições de vida, o desenvolvimento sustentável e promover a inclusão social na luta contra a pobreza.

Na agricultura familiar, há alguns atributos, cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais que dão coesão à ação extensionista. A agricultura familiar tem sua importância nos aspectos sociais pela capacidade de contrabalançar a tendência tão própria à sociedade brasileira, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória”, a urbana (ABRAMOVAY, 1998, p. 142).

Ainda, no que tange aos aspectos sociais, a agricultura empresarial, “[...] engendra forte concentração de renda e exclusão social, enquanto a agricultura familiar, ao contrário, apresenta um perfil essencialmente distributivo, além de ser incomparavelmente melhor em termos sócio-culturais” (VEIGA, 1996, p. 395).

### **2.3.2.2 Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Econômica**

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006), a agricultura familiar produz a maioria dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros. Isso quer dizer que, se fortalecendo a base local de produção de alimentos, menos energia serão dispensadas em transporte e menos nutrientes serão perdidos nos alimentos.

Apesar da sua importância, como demonstram os dados apresentados anteriormente, ressalta-se que a agricultura familiar ainda enfrenta uma série de dificuldades para se estabelecer economicamente. Uma das questões observadas não é a dificuldade no que diz respeito às técnicas de produção propriamente ditas. Essas técnicas são amplamente divulgadas e o agricultor tem acesso a elas, seja por meio da extensão rural pública ou ainda em programas de capacitação. A maior dificuldade reside na compreensão do funcionamento dos mercados e nas dinâmicas das cadeias produtivas que envolvem os diferentes sistemas de produção do setor (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005; XAVIER et al., 2007; RAMBO; FILIPPI, 2009).

Os autores ainda discutem e constatarem que a baixa capacidade de absorção e utilização de ferramentas gerenciais modernas pelos agricultores familiares no país é um entrave à competitividade deste segmento frente à agropecuária nacional. Abordam ainda duas dimensões dessa questão, a gestão da propriedade rural e a gestão de formas associativas de produtores rurais familiares, como as cooperativas por exemplo. Eles concluem, apontando a necessidade de ampliarem-se esforços no sentido de as ferramentas mais clássicas de gestão agroindustrial, como o marketing, a logística, a qualidade, os custos, entre outros, serem adaptadas à realidade da agricultura familiar brasileira (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Xavier et al. (2007) também discutem essa questão, pontuando que para melhorar a qualidade de vida no meio rural, torne-se necessário capacitar os agricultores e suas organizações para atuarem num ambiente econômico, moderno e competitivo. “Além dos recursos financeiros e os meios tecnológicos, os agricultores

organizados precisam de conhecimento para manejar seus empreendimentos com eficiência” (XAVIER et al., 2007, p. 107).

Veiga (1996) faz uma reflexão sobre as empresa agrícolas de caráter familiar.

A promoção da agricultura familiar como linha estratégica de desenvolvimento rural está finalmente entrando na agenda política do Brasil. Com um século de atraso, as elites dirigentes começam a se dar conta das vantagens de uma agricultura organizada primordialmente por empresas de caráter familiar. Mas essa conversão insere uma grande ambiguidade, pois tende a valorizar apenas as virtudes sociais da agricultura familiar, sem romper com o mito da superioridade econômica da agricultura patronal. Além de chamar a atenção para tal incongruência, esta comunicação procurou rebater, também, dois fatalismos muito comuns entre os que cultivam o mito da superioridade da agricultura patronal: a agricultura familiar brasileira já estaria atrofiada e o pouco que restou seria liquidado pela próxima onda de inovação tecnológica (VEIGA, 1996, p. 397).

O autor revela que sob o prisma da sustentabilidade econômica são muitas as vantagens apresentadas pela agricultura familiar, devido à sua ênfase na diversificação e na forma de condução nos processo de gestão. A versatilidade da agricultura familiar se opõe à especialização cada vez mais fragmentada da agricultura empresarial.

### **2.3.2.3 Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Ambiental**

Veiga (1996) relata que atualmente a produção alimentar tende a ser cada vez mais influenciada pelas questões ambientais. O combate à degradação dos agroecossistemas provocada pelo processo modernizador exige novas regras que promovam práticas mais adequadas à preservação dos recursos naturais e ao fornecimento de alimentos mais saudáveis. Esse é um dos desafios para a agricultura sustentável.

As formas de produção da agricultura familiar trazem contribuições significativas no campo ambiental. Como exemplos dessas formas de contribuição podem ser citados o uso de sistemas que respeitam o ambiente natural, ou seja, sistemas integrados aos ecossistemas; utilização de energia renovável; modos de produção orgânica e agroecológica, cujos produtos são mais valorizados pelos consumidores, e ainda, contribuição para manutenção dos serviços ambientais, como proteção de áreas nativas e nascentes.

Carneiro e Maluf (2003) colaboram mencionando que, além da produção de alimentos para o consumo, o meio rural é responsável também pela conservação dos recursos naturais, produção de bens orientados a serviços ligados a turismo, lazer e a manutenção dos aspectos culturais, como festas e demais manifestações.

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO; MALUF, 2003, p. 19).

Ressalta-se ainda nesse sentido, o movimento ecológico no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 que tiveram o objetivo de debater e repensar o modelo de desenvolvimento agrícola focado na agricultura industrial e seus impactos econômicos e ambientais. O movimento liderado por universidades, técnicos, agricultores e lideranças do campo em favor uma nova proposta de agricultura. Um modelo que não fosse dependente do uso dos insumos químicos e da tecnologia empregados pela agricultura empresarial. O movimento inicialmente foi intitulado de agricultura alternativa e obteve um grande fortalecimento nas últimas décadas e atualmente tem na agroecologia sua base científico-teórica (ALTIERI, 1989).

Entende-se por agroecologia “[...] o campo de conhecimento transdisciplinar que contém princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade, além dos demais recursos naturais e meios de vida” (EMBRAPA, 2006, p. 26).

Nessa perspectiva o governo, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, lançou em outubro de 2013, o Plano Nacional de Agroecologia e Agricultura Familiar (PLANAPO), 2013 – 2015. O plano tem por objetivo “articular e implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais” (MDA, 2013).

Diante do exposto, observa-se que a agricultura familiar, por suas características, preserva o ambiente com práticas menos impactantes.

#### **2.3.2.4 Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Cultural**

No âmbito da sustentabilidade cultural, ressalta-se que, além dos aspectos das questões econômicas, ambientais e sociais, já abordados, a agricultura familiar permeia também pela a questão da multifuncionalidade.

O meio rural, além da função explícita de produção econômica, é um também um espaço de convívio social e de relação com a natureza, que remete ao conceito de multifuncionalidade da agricultura familiar. Esse conceito foi formulado a partir do contexto social do meio rural europeu, mais especificamente, na França (CARNEIRO; MALUF, 2003) e no Brasil ele aparece primeiramente, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco 92 (SABOURIN, 2005).

O termo multifuncionalidade refere-se às múltiplas funções da agricultura, intencionalmente utilizado para obter o reconhecimento social, cultural e ambiental das questões ligadas ao meio rural e não apenas das funções produtivistas da agricultura (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Altafin (2003) aborda no seu trabalho que a agricultura familiar no Brasil está relacionada diretamente com as questões culturais, diminuição da pobreza, segurança alimentar, geração de renda, diversidade na produção, desenvolvimento local. O estudo faz também uma caracterização dos grupos que deram origem a agricultura familiar no Brasil, entre eles os índios, escravos e imigrantes europeus.

A agricultura familiar, muito mais que um segmento econômico e social, é definido como um valor. O país, com sua dimensão continental, possui uma diversidade cultural, que tem no segmento da agricultura familiar um dos seus principais representantes.

### **3 MÉTODO**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa e organização do material**

O presente estudo é descritivo, na medida em que se analisa e discute a articulação dos atores institucionais que fazem parte do processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros na região do Sudoeste Goiano. A abordagem do objeto é qualitativa, uma vez que, para Richardson (1999) as análises terão por base o conhecimento teórico-empírico que permite aferir cientificidade ao tema estudado.

De acordo com Bauer e Gaskell (2008), a abordagem qualitativa nas pesquisas sociais lida com a interpretação das realidades. Os autores ainda fazem uma discussão acerca do viés qualitativo e quantitativo, destacando que não há quantificação sem qualificação e nem análise estatística sem interpretação. Aborda também que na abordagem qualitativa há um pluralismo no processo da pesquisa, que vai além do instrumento.

O estudo utilizou a pesquisa documental como procedimento técnico. Godoy (1995) afirma que no enfoque qualitativo, a pesquisa documental é utilizada e representa uma forma que pode colaborar de forma inovadora, com contribuições importantes no estudo de diferentes temas. A autora ressalta ainda que os documentos constituem uma fonte não-reativa, visto que permanecem ao longo do tempo. No entanto nesse tipo de estudo, três aspectos devem ser observados com atenção: a escolha dos documentos, o acesso a eles e a sua análise.

A pesquisa documental consiste em “[...] estudar documentos buscando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico” (RICHARDSON, 1999, p. 230).

A amostra da pesquisa, no caso a seleção dos documentos, ainda de acordo com Richardson (1999) deve seguir quatro princípios básicos: i) a exaustividade, ou seja, após definido os documentos, não se deve deixar nenhum de fora da análise; ii) a representatividade, onde a amostra deve ser representativa dentro do universo avaliado; iii) a homogeneidade, partindo do princípio que os documentos que estiverem incluídos na amostra obedecem a critérios precisos, evitando

particularidades, e iv) a adequação, com a utilização de documentos alinhados aos objetivos propostos.

Com o objetivo de orientar a seleção dos documentos que foram analisados, identificaram-se primeiramente as instituições que atuam direta e indiretamente com a agricultura familiar do município de Mineiros-Goiás. A partir dos princípios básicos apresentados por Richardson (1999), buscou-se os documentos que pudessem orientar a pesquisa. A preocupação foi encontrar documentos que estivessem de fato alinhados com a agricultura familiar e representasse de forma o mais homogênea possível, os agricultores familiares da região, e finalmente aqueles documentos que embasassem os objetivos propostos no estudo.

No presente estudo, as primeiras fontes consultadas foram os sítios das agências e bancos de dados oficiais (PNUD, IBGE, Portal ODM, MDA, EMATER e entidades parceiras) para obter informações sobre a agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás e na região. A caracterização da região e dos agricultores familiares na pesquisa se deu principalmente nos bancos de dados oficiais do IBGE e nas informações de documentos disponibilizados pelas instituições locais.

Para identificar os atores sociais locais e as ações realizadas no período do estudo, a busca foi realizada nos relatórios de atividades da EMATER, que são encaminhados ao poder público municipal ao final de cada ano. Pesquisou-se nos livros de ata do Comitê Municipal do PRONAF/Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia do Centro Universitário de Mineiros e na cooperativa. Também foram pesquisados documentos nos relatórios e materiais do Programa de Extensão Universitária de Apoio à Agricultura Familiar (PROEAF) do Centro Universitário de Mineiros - UNIFIMES. Foram consultadas ainda, publicações resultantes dos projetos de pesquisa, além de outros materiais relativos às ações desenvolvidas.

A EMATER é o órgão do governo do estado que atua diretamente com os agricultores familiares. Os principais documentos avaliados nesse órgão foram os relatórios de atividades da EMATER. Os documentos estão descritos e caracterizados no Quadro 1.

Quadro 1 - Etapa de organização do material – codificação, caracterização, descrição dos documentos – Mineiros-Goiás, 2013.

<b>Código/Título</b>	<b>Caracterização dos documentos</b>	<b>Descrição do conteúdo</b>
A - Sítios oficiais	banco de dados estatísticos e informações	IBGE – informações sobre aspectos físicos, demográficos e ocupação. PNUD, FJP, IPEA, Portal ODM – indicadores de desenvolvimento. EMATER, UNIFIMES, Prefeitura de Mineiros, Oréades – informações sobre as ações.
B - Relatórios EMATER	Relatórios de atividades realizadas pela EMATER Mineiros	descrição de atividades realizadas e instituições parceiras. Os relatórios anuais são encaminhados ao poder público municipal ao final de cada ano (inclui notícias publicadas em jornais impressos, <i>on line</i> e material gráfico das atividades). De 1996 a 2003 o acesso foi através de relatórios parciais de atividades e de 2004 a 2013, o acesso foi aos relatórios anuais.
C - Atas	Livro de Atas do Comitê Municipal do PRONAF – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia do Centro Universitário de Mineiros e da COOPERMIN.	relato das reuniões semanais do Comitê do PRONAF, que tinham como principal objetivo abordar o crédito rural (período de 2004 a 2010); relato das reuniões mensais do Núcleo de Agroecologia (período de 2010 a 2013).
D - Materiais do PROEAF	materiais das ações de extensão universitária	monografias, relatórios das ações de extensão da UNIFIMES, cartilha PRONAF, calendário “Escolas do Cerrado”, folders, cartazes das ações desenvolvidas no âmbito do PROEAF - Programa de Extensão Universitária de Apoio a Agricultura familiar no período de 2006 a 2013.
E - Publicações dos projetos de pesquisa	artigos publicados pela EMBRAPA	resultados dos trabalhos de pesquisa realizados com foco na gestão ambiental dos recursos naturais da região (comunicado técnico, documentos e capítulo de livro).
F - Outras publicações	artigos e resumos publicados em anais de eventos científicos; livros sobre atividades locais	descrição de ações: Projeto Cumeeira (Gestão Ambiental), Diagnóstico Participativo da Zona Rural de Mineiros – Agenda 21, Projeto Escolas do Cerrado; outras ações.
G - Leitura	textos abordando teorias e <i>cases</i> sobre desenvolvimento regional, desenvolvimento rural, sustentabilidade e agricultura familiar	fichamento de cada texto, com anotações dos temas centrais, comentários e registro da referência.

Elaboração: PAULA, Márcia M. de (2013)

### 3.2 Coleta e tratamento dos dados

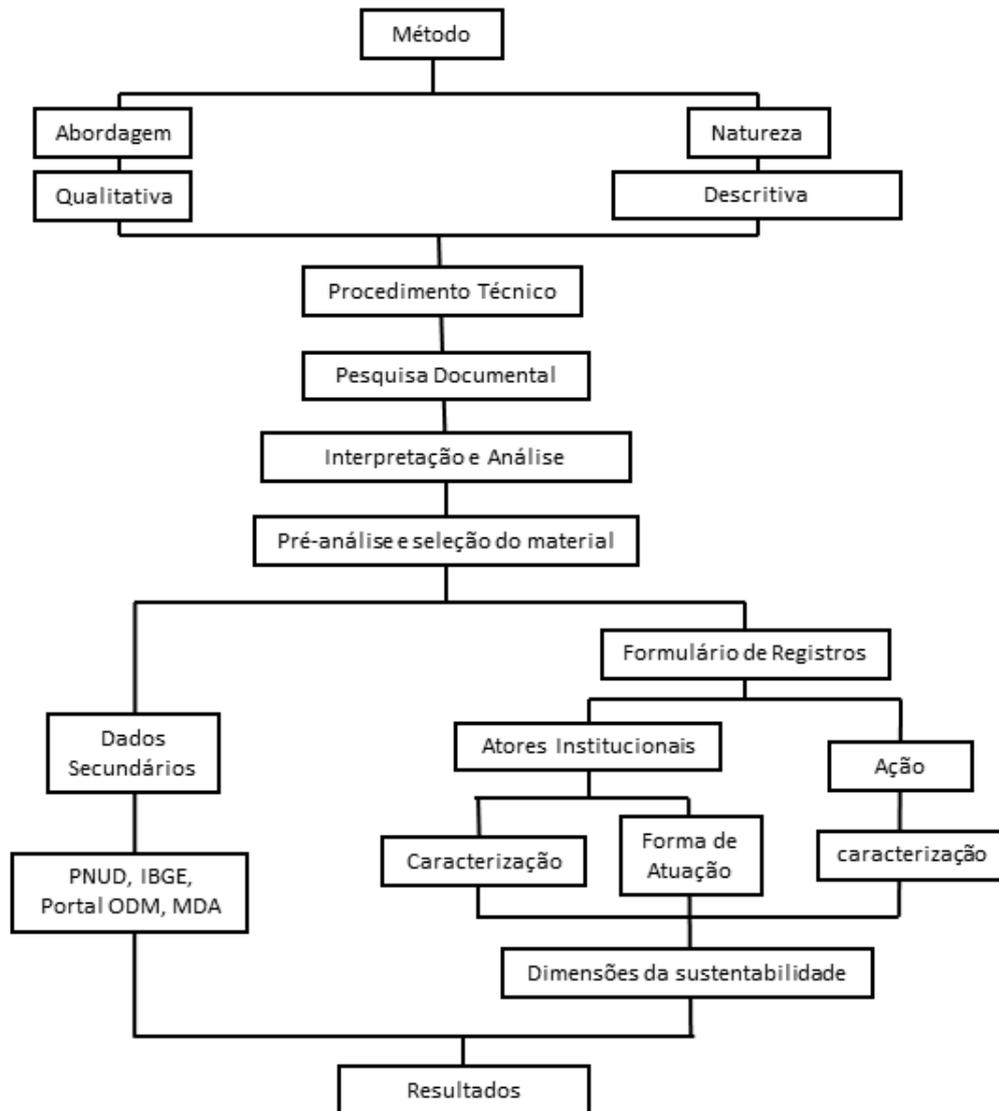
No presente estudo, após a identificação dos atores institucionais e a seleção dos documentos, elaborou-se a linha do tempo, a partir da homologação da Lei do PRONAF em 1996 até o ano 2013. O objetivo foi identificar as ações e a atuação dos atores institucionais nessas ações, podendo assim interpretar e analisar como se dá a interação entre os esses atores envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável, analisando as dimensões social, econômica, ambiental e cultural.

Na fase de coleta de dados foi utilizado um formulário de registros (Apêndice). O formulário contou com duas partes. Na Parte 1 foram identificados os atores institucionais ligados à agricultura familiar do município de Mineiros-Goiás, com as seguintes informações: i) nome da instituição; ii) caracterização da instituição, agentes envolvidos e sua relação com a agricultura familiar; iii) classificação da instituição em relação à sua abrangência, dividida em 4 grupos: instituição local, regional, nacional e órgão colegiado, este entendido como grupos de instituições constituindo instâncias para tomadas de decisão, como os conselhos municipais, por exemplo, e iv) classificação da instituição em relação à sua atuação no âmbito das dimensões da sustentabilidade, dividida em 4 grupos: social, econômica, ambiental e cultural.

A Parte 2 do formulário abordou as ações voltadas para o fortalecimento da Agricultura no município de Mineiros-Goiás, com a coleta dos seguintes dados: i) especificação da ação – o que? quando? como?; ii) forma de atuação das instituições na ação (realização ou colaboração), e iii) classificação da ação em relação às dimensões da sustentabilidade, dividida em 4 grupos: social, econômica, ambiental e cultural.

A Figura 1 demonstra o fluxograma do delineamento da presente pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma do delineamento da pesquisa



Elaboração: PAULA, Márcia M. de (2013)

Os tratamentos dos dados obtidos nos formulários de registros estão apresentados na forma de quadros e fluxogramas, o que possibilitou a discussão dos mesmos. O recorte temporal foi do período da criação da Lei do PRONAF, em 1996, até o ano de 2013, perfazendo um total de 17 anos.

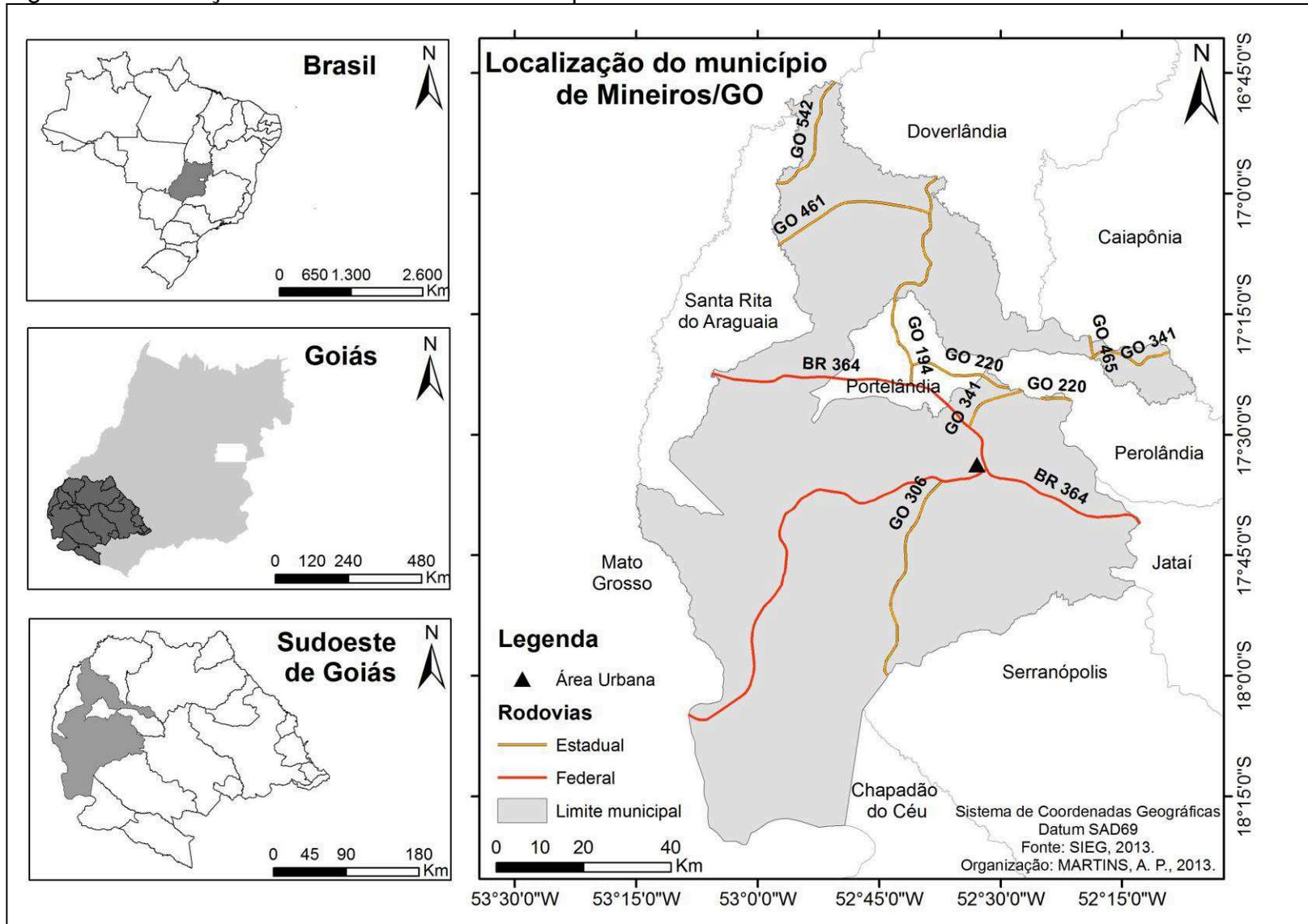
A partir da construção dos quadros, pôde-se categorizar as informações dentro das dimensões social, econômica, ambiental e cultural e ainda subsidiar as inferências, análises e discussões acerca da articulação dos atores institucionais em favor do desenvolvimento da agricultura familiar na região.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Caracterização da área de estudo**

O município de Mineiros-Goiás situa-se na região do Sudoeste Goiano e possui uma população de 52.935 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2010 (Figura 2). Destes, 4.637 vivem na zona rural (8,76%). A economia da região está diretamente ligada à atividade agropecuária, inicialmente com a pecuária extensiva e posteriormente, a partir de 1970, com a chegada dos sulistas na região, com a produção de grãos, soja e milho principalmente. Silva (1991) faz um relato das primeiras famílias vindas da região sul (gaúchos, paranaenses e catarinenses) que chegaram ao município de Mineiros-Goiás na década de 1970, trazendo a experiência da produção agrícola daquelas regiões.

Figura 2: Localização da área de estudo – município de Mineiros-Goiás



Fonte: SIEG, 2013, organização: MARTINS, A. P. (2013)

A agricultura empresarial é voltada para a produção de grãos, pecuária, avicultura integrada e cana-de-açúcar, e a agricultura familiar, é representada por comunidades de agricultores tradicionais, quilombolas e assentados, que, na sua grande maioria, produzem leite em escala comercial (EMATER, 2013).

Em relação à caracterização física e biológica, a região está situada numa área de grande importância ambiental. O município abriga uma das maiores áreas contínuas preservadas de cerrado: o Parque Nacional das Emas, patrimônio natural reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, em 2002. Em se tratando dos recursos hídricos, ressalta-se que na região encontram-se as nascentes de rios que drenam três grandes bacias hidrográficas do continente Sul Americano (região divisora de águas): Bacia da Prata, Bacia Amazônica e Bacia do Paraguai (Pantanal Mato-grossense), além de ser área de carga e recarga do Aquífero Guarani (PAULA et al., 2008).

A região representa, de forma muito significativa, a região de fronteira agrícola dos Cerrados, com grandes campos e topografia plana, conhecida como "Chapadões", ocupada por grandes fazendas com produção de grãos. Apresenta, ainda, as áreas mais acidentadas, com solos de textura arenosa, situadas nos vales dos rios e conhecidas como região das "furnas". Nessas áreas, a exploração predominante é a pecuária, ocupada na maioria, por agricultores familiares.

O município integra o Território Rural de Identidade Parque das Emas que é composto por nove municípios da região do Sudoeste Goiano, que são: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Chapadão do Céu, Jataí, Mineiros, Perolândia, Portelândia, Santa Rita do Araguaia e Serranópolis (Tabela 1).

Tabela 1 - Área, população e ano de instalação dos municípios que compõem o Território Rural de Identidade Parque das Emas no sudoeste do Estado de Goiás.

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	População hab. Censo 2010	Ano de Instalação	População Urbana – % Censo 2010	População Rural – % Censo 2010
Aparecida do Rio Doce	603,6	2.427	1993	80,35	19,65
Aporé	2.910,6	3.803	1958	66,82	33,18
Chapadão do Céu	2.362,4	7.001	1993	83,96	16,04
Jataí	7.196,5	88.006	1882	92,05	7,95
Mineiros	8.919,7	52.935	1905	91,22	8,78
Perolândia	1.033,7	2.950	1993	63,02	36,98
Portelândia	554,1	3.839	1963	81,01	18,99
Santa Rita do Araguaia	1.368,7	6.924	1953	88,95	11,05
Serranópolis	5.547,4	7.481	1958	73,97	26,03
Território Rural de Identidade Parque das Emas	30.496,7	175.366	-	-	-

Fonte: Adaptado Censo IBGE (2010)

O Território Rural de Identidade Parque das Emas foi incorporado ao Programa Nacional de Territórios Rurais (PRONAT) do MDA. O mesmo foi constituído em outubro de 2010 e homologado em maio de 2013. A homologação se deu por meio da Resolução n. 94 de 23/05/13, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRS), publicada no Diário Oficial da União em 28 de maio de 2013 (EMATER, 2013; BRASIL, 2013).

De acordo com dados do IBGE (2010), o Território Rural de Identidade Parque das Emas possui uma área de 30.496,7 km<sup>2</sup>, com uma população de 175.366 habitantes, conforme o Censo do IBGE de 2010. Deste, 80% dos habitantes se encontram nos municípios de Jataí e Mineiros. O município mais antigo teve sua emancipação em 1882 e das nove cidades, três delas, são cidades novas, pois foram instituídas em 1993.

Da mesma forma os dados apresentados pelo Censo da Agricultura Familiar, realizado em 2006, mostram que o estado de Goiás conta com 88.436 estabelecimentos rurais familiares, correspondendo a 65,2% do total dos estabelecimentos rurais do país (Tabela 2), ocupando uma área de 13 %.

Tabela 2 - Estabelecimento e área da Agricultura Familiar no Brasil, Goiás e municípios que compõem o Território Rural de Identidade Parque das Emas - 2013.

Regiões	Agricultura Familiar Lei nº 11.326				Não Familiar			
	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Brasil	4.367.902	84,4	80.250.453	24,3	807.587	15,6	249.690.940	75,7
Goiás	88.436	65,2	3.329.630	13,0	47.247	34,8	22.353.918	87,0
Território Parque das Emas	1.915	41,4	117.718	5,2	2.707	58,6	2.178.135	94,8
Aparecida do Rio Doce	56	38,3	3.248	5,0	90	61,7	61.001	95,0
Aporé	53	17,0	2.902	1,1	259	83,0	265.955	98,9
Chapadão do Céu	41	34,4	1.237	0,9	78	65,6	129.855	99,1
Jataí	682	43,1	37.384	6,6	903	56,9	530.492	93,4
Mineiros	527	43,0	43.867	6,9	701	57,0	588.436	93,1
Perolândia	143	57,6	5.662	7,7	105	42,4	67.674	92,3
Portelândia	94	61,4	6.834	11,1	59	38,6	27.653	88,9
Santa Rita do Araguaia	149	62,6	6.604	10,7	89	37,4	55.074	89,3
Serranópolis	170	28,7	9.980	2,2	423	71,3	451.995	97,8

Fonte: Adaptado IBGE Agropecuário (2006)

Os dados do Território de Identidade Rural Parque das Emas, conforme demonstrado na tabela, conta com 1.915 estabelecimentos familiares numa área de 117,718 hectares, sendo a porcentagem de agricultores familiares representados por 41,4% dos estabelecimentos, numa área de apenas 5,2% em relação à agricultura empresarial.

No município de Mineiros-Goiás, a agricultura familiar representa 43% do total de estabelecimentos rurais e 7% da área total ocupada. Os dados demonstram que, não diferente do Brasil, há uma concentração da área na agricultura não familiar.

Analisando os índices de desenvolvimento dos municípios que compõem a região do município de Mineiros-Goiás, observa-se que a região encontra-se com valores de médio a alto desenvolvimento, considerando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), 2010 (PNUD; FJP; IPEA, 2013).

Mas mesmo apresentando esses dados, a concentração da riqueza é grande e parcela significativa da comunidade se encontra em situação marginal. De acordo com o Portal ODM no Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, no Objetivo 1 – “Acabar com a Fome e a Miséria”, o município de Mineiros-Goiás teve a participação dos 20% mais pobres da população na renda passou de 2,9%, em 1991, para 3,9%, em 2010, diminuindo os níveis de desigualdade. Em 2010, a participação dos 20% mais ricos era de 59,8%, ou seja, 15 vezes superior à dos 20% mais pobres (PORTAL ODM, 2013).

O IDHM é um indicador que permite conhecer a realidade de cada município, trazendo a possibilidade de comparação entre regiões. Permite-se extrapolar a dimensão puramente econômica e a partir da perspectiva do desenvolvimento humano, amplia o debate na formulação de políticas, que de fato levarão a melhor qualidade de vida (PNUD; FJP; IPEA, 2013).

Comparando aos índices do Estado de Goiás, o sudoeste goiano é considerado uma região rica e próspera. As cidades que compõem o território rural apresentaram índices de desenvolvimento - IDHM - em 2010 se situando entre 0,654 a 0,757, considerados de médio a alto (Tabela 3). Comparando os IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDMH Educação, entre os municípios, observa-se que houve avanço em todas as dimensões, porém o maior desafio é a educação, que ainda se encontra com índices baixos.

A Tabela 3 indica os índices de desenvolvimento em 1991, 2000 e em 2010, demonstrando um avanço em todos os municípios e ainda comparado ao IDHM do estado e do país, os índices de desenvolvimentos dos municípios não se encontram distorcidos.

Tabela 3 - Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, IDHM Renda, IDHM Longevidade e IDHM Educação dos municípios do Território Rural de Identidade Parque das Emas nos anos 1991, 2000 e 2010.

Municípios – Território Rural Parque das Emas	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010	IDHM Renda 1991	IDHM Renda 2000	IDHM Renda 2010	IDHM Long. 1991	IDHM Long. 2000	IDHM Long. 2010	IDHM Educ. 1991	IDHM Educ. 2000	IDHM Educ. 2010	Posição Brasil	Posição Goiás
Aparecida do Rio Doce	0,373	0,565	0,693	0,527	0,632	0,700	0,687	0,786	0,814	0,143	0,363	0,583	2.105 <sup>a</sup>	134 <sup>a</sup>
Aporé	0,372	0,574	0,693	0,589	0,698	0,693	0,679	0,798	0,692	0,129	0,339	0,584	2.105 <sup>a</sup>	134 <sup>a</sup>
Chapadão do Céu	0,425	0,618	0,742	0,588	0,664	0,748	0,710	0,798	0,837	0,184	0,445	0,652	719 <sup>a</sup>	17 <sup>a</sup>
Jataí	0,497	0,627	0,757	0,651	0,696	0,774	0,718	0,816	0,856	0,262	0,435	0,656	420 <sup>a</sup>	5 <sup>a</sup>
Mineiros	0,479	0,590	0,718	0,671	0,687	0,753	0,718	0,792	0,840	0,228	0,378	0,584	1.362 <sup>a</sup>	59 <sup>a</sup>
Perolândia	0,373	0,551	0,676	0,554	0,637	0,691	0,653	0,722	0,832	0,144	0,364	0,538	2.524 <sup>a</sup>	187 <sup>a</sup>
Portelândia	0,369	0,553	0,654	0,553	0,642	0,680	0,687	0,781	0,803	0,132	0,337	0,513	3.030 <sup>a</sup>	217 <sup>a</sup>
Santa Rita do Araguaia	0,475	0,596	0,714	0,633	0,638	0,703	0,687	0,802	0,842	0,247	0,414	0,616	1.486 <sup>a</sup>	71 <sup>a</sup>
Serranópolis	0,423	0,563	0,681	0,620	0,668	0,713	0,671	0,789	0,804	0,182	0,338	0,551	2.412 <sup>a</sup>	177 <sup>a</sup>
Estado de Goiás	0,487	0,615	0,735	0,633	0,686	0,742	0,668	0,773	0,827	0,273	0,439	0,646	8 <sup>a</sup>	-
Brasil	0,493	0,612	0,727	0,647	0,692	0,739	0,662	0,727	0,816	0,279	0,456	0,637	-	-

Fonte: PNUD, FJP, IPEA, 2013.

Elaboração: PAULA, Márcia M. de (2013)

## **4.2 As Instituições da Agricultura Familiar no município de Mineiros-Goiás**

O desempenho das políticas públicas em fortalecer a agricultura familiar por meio do PRONAF principalmente, tem demonstrado o esforço dos governantes, mesmo assim observa-se que os agricultores familiares em Goiás e no município de Mineiros ainda enfrentam uma série de problemas no sentido de se estabelecerem economicamente. Essa realidade pode ser percebida nos assentamentos, comunidades quilombolas e propriedades de agricultores familiares tradicionais. Muitas famílias apresentam dificuldades em se estabelecerem produtivamente, enfrentando problemas como a baixa rentabilidade que gera desmotivação, sensação de exclusão e ainda dificuldades de segurança alimentar e nutricional (EMATER, 2013).

Dentro dessa perspectiva, a FAO celebra em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar que tem por objetivo aumentar a visibilidade da agricultura familiar chamando a atenção mundial para o importante papel que proporciona frente à segurança alimentar e nutricional, principalmente nos países em desenvolvimento (FAO, 2014).

No presente estudo, o objetivo foi entender como se dá a articulação dos atores institucionais no enfrentamento dessas dificuldades, ou seja, na promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. O termo Instituição, aqui apresentado, é definido por Muls (2010), como todas as organizações, associações, representações de classe, sindicatos e órgãos públicos que existem na localidade e cujas ações são voltadas para a defesa e a promoção dos interesses de um determinado grupo social ou de uma parcela de sua população.

Nesse contexto, a EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros, deram início, a partir de 2002, a uma articulação entre os atores sociais locais visando a realização de uma série de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local da agricultura familiar. Inicialmente, por meio da disponibilização de recursos via crédito rural, cursos de capacitação, realização de encontros e seminários e a criação de uma cooperativa de crédito da agricultura familiar. No primeiro momento, o foco foi a promoção da utilização do crédito do PRONAF.

No presente estudo pôde-se observar que ao longo do período avaliado, ou seja, da criação do PRONAF em 1996 até 2013, 32 instituições estiveram envolvidas

numa série de ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Dallarida (2006), Rambo e Filippi (2009) abordam a densidade institucional, aliado à questão do capital social. Pode-se ver ao longo do tempo, a participação das mesmas instituições, ora de forma direta, ora indireta, demonstrando reciprocidade e cooperação, elementos básicos no entendimento de capital social (PUTNAM, 2002).

O Quadro 2 classifica e identifica as instituições que direta e indiretamente estiveram envolvidas em ações ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás, no período de 1996 até o ano de 2013.

Quadro 2 - Classificação e especificação dos atores institucionais ligados à agricultura familiar do município de Mineiros-GO - período 1996 a 2013.

<b>N.</b>	<b>Classificação</b>	<b>Especificação das instituições</b>
1	Governo	1 - EMATER 2 - EMBRAPA 3 - Agrodefesa 4 - Prefeitura 5 - Câmara Municipal 6 - CONAB 7 - MDA
2	Instituição de Ensino Superior	8 - Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES 9 - Faculdade Mineirense – FAMA 10 - Universidade Federal de Goiás – UFG
3	Cooperativas	11 - COOPERMIN 12 - CREDITAG
4	Associações rurais (agricultores familiares tradicionais, assentados e quilombolas)	13 - Associação Produtores Rurais da Região da Corredeira 14 - Associação Produtores da Região da Pinguela/Capivara 15 - Associação Produtores Rurais da Região do Salto/Jataí 16 - Associação Quilombola do Cedro 17 - Associação Rural dos Pequenos Produtores do Assentamento Formiguinha 18 - Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Serra das Araras 19 - Associação Rural dos Pequenos Produtores do Assentamento Pouso Alegre 20 - Associação dos Produtores da Bela Vista/Ribeirão Grande 21 - Associação dos Produtores do Salto/Diamantino
5	Instituição Financeira	22 - Banco do Brasil
6	Empresas privadas	23 - Empresa sucro-alcooleira 24 - Empresa de assistência técnica
7	Organizações não-governamentais	25 - Fundação Emas 26 - Oréades Núcleo de Geoprocessamento
8	Instâncias colegiadas	27 - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 28 - Colegiado do Território Rural Identidade Parque das Emas
9	Sindicatos	29 - Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Mineiros 30 - Sindicato Rural de Mineiros
10	Outros	31 - SEBRAE 32 - SENAR

Fonte: Pesquisa documental, elaborado por PAULA, Márcia M. de (2013)

Os atores institucionais que estiveram envolvidos com a agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás, são representantes do governo, instituições de ensino superior, cooperativas, associações rurais (agricultores familiares tradicionais, assentados e quilombolas), instituições financeiras, empresas privadas, organizações não governamentais, instâncias colegiadas, sindicatos e outros.

Em relação ao governo, destaca-se a EMATER, órgão do governo do Estado de Goiás que tem como público alvo os agricultores familiares e os representantes do governo municipal, Prefeitura e Câmara Municipal. Técnicos da CONAB e Ministério do Desenvolvimento Agrário têm contribuído com ações ligadas ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Território Rural de Identidade Parque das Emas, respectivamente. A EMBRAPA está presente em muitas ações. As instituições de ensino superior, UNIFIMES, Faculdade Mineirense (FAMA) e Universidade Federal de Goiás (UFG), também merecem destaque, promovendo e participando em uma série de ações.

Na identificação das instituições, observou-se que algumas, conforme já mencionado, merecem destaque, com uma participação mais efetiva, frequente. Outras estão presentes na forma de apoio, colaboração. Essa informação está explicitada no Quadro 3. Ressalta-se que, a atuação como colaboradora não desqualifica nem desmerece a instituição.

Quadro 3 - Classificação da forma de atuação das instituições na realização de ações ligadas ao fortalecimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás no período de 1996 a 2013.

Atuação direta nas ações	Apoio nas ações
<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMATER</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES</li> <li>- COOPERMIN</li> <li>- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)</li> <li>- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Mineiros</li> <li>- Associações rurais</li> <li>- SEBRAE, SENAR</li> <li>- Colegiado Território Rural Identidade Parque das Emas</li> <li>- EMBRAPA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universidade Federal de Goiás</li> <li>- Faculdade Mineirense – FAMA</li> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Banco do Brasil</li> <li>- CREDTAG</li> <li>- Empresa sucro-alcooleira</li> <li>- Empresa de assistência técnica</li> <li>- Fundação Emas</li> <li>- CONAB</li> <li>- MDA</li> <li>- Sindicato Rural de Mineiros</li> <li>- Oréades</li> <li>- Agrodefesa</li> </ul>

Fonte: Pesquisa documental, elaborado por PAULA, Márcia M. de (2013)

O Quadro 4 identifica a Instituição e indica sua área de abrangência (local, regional ou nacional). Observa-se que a maioria delas é de abrangência local, seguido pela atuação das instituições presente da região, seguido pelas instituições de abrangência nacional. A atuação desses atores indica a presença de uma rede local de cooperação em torno da agricultura familiar.

Quadro 4.- Área de abrangência das instituições que atuam nas ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás no período de 1996 a 2013.

<b>Locais</b>	<b>Regionais</b>	<b>Nacionais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMATER</li> <li>- Agrodefesa</li> <li>- Prefeitura</li> <li>- Câmara Municipal</li> <li>- Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES</li> <li>- Faculdade Mineirense – FAMA</li> <li>- COOPERMIN</li> <li>- CREDTAG</li> <li>- Banco do Brasil</li> <li>- Empresa sucro-alcooleira</li> <li>- Empresa de assistência técnica privada</li> <li>- Fundação Emas</li> <li>- Oréades Núcleo de Geoprocessamento</li> <li>- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)</li> <li>- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mineiros</li> <li>- Sindicato Rural de Mineiros</li> <li>- Associações rurais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Universidade Federal de Goiás</li> <li>- SEBRAE</li> <li>- SENAR</li> <li>- Colegiado do Território Rural de Identidade Parque das Emas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- EMBRAPA</li> <li>- CONAB</li> <li>- MDA</li> </ul>

Fonte: Pesquisa documental, elaborado por PAULA, Márcia M. de (2013)

Rambo e Filippi (2009) afirmam a necessidade da participação e do protagonismo dos atores locais nas ações que visam o desenvolvimento da agricultura familiar, atendendo as suas demandas, necessidades e interesses. Enfoca que é o empoderamento da sociedade civil que tem marcado positivamente os processos de desenvolvimento territorial em muitas regiões. Aliado a isso, o capital social, governança, enraizamento e participação social são temas inerentes nessa discussão.

Trabalhos como os de Agne e Waquil (2011) e Abramovay, Magalhães, Schroder (2010) que apontaram a participação ativa de atores sociais nos processos

de desenvolvimento da agricultura familiar, demonstram que a inclusão produtiva, o acesso aos mercados se darão a partir desse exercício.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), em documento publicado a partir da sua primeira Conferência Nacional (BRASIL, 2008), dá o enfoque territorial ao Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (DRSS). Expõe a necessidade de atuação nas várias dimensões da sustentabilidade – econômica, social, política, cultural, etnia e ambiental; busca respeitar a diversidade dentro de um país de área continental; fortalece a gestão social, estimulando as redes locais de cooperação a fim de contribuir com a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais. Nos princípios e práticas contidas no documento, o espaço rural deve diversificar e multiplicar a pluriatividade, tanto nos sistemas de produção, quanto das atividades não agrícolas, como o turismo; viabilizar novas estratégias de conservação ambiental; promover a inclusão social, e gerar alternativas tecnológicas que favoreçam a disseminação da autonomia relativa dos agricultores familiares.

Gastal et al. (2009) discutem o construir coletivo, onde as pesquisas nas ciências agrárias, voltadas para a agricultura familiar não devem ser no sentido de construir um pacote tecnológico, como por exemplo, o desenvolvimento de uma nova cultivar, ou a proposta de um novo sistema de cultivo ou um sistema de produção. A proposta é além, relacionar a complexidade que envolve as diferentes dimensões do desenvolvimento sustentável: no campo tecnológico, os sistemas produtivos; no campo social, os processos organizativos; no campo econômico, a inserção no mercado; e no campo ambiental, a conservação dos recursos naturais.

As inovações precisam trazer claramente um valor adicionado para as organizações, pois a geração de valor é que caracteriza a inovação, que pode ser classificada de vários tipos, como produtos e processos, organizacionais ou de marketing. A inovação tecnológica é a que está inserida a pesquisa e o desenvolvimento (DAUSCHA, 2011).

Durante muito tempo, a transferência de tecnologia para o meio rural se deu de forma linear, ou seja, as pesquisas eram realizadas e as inovações eram transmitidas pelas agências de extensão rural aos agricultores. No enfoque de pesquisa e desenvolvimento, esse esquema linear é substituído por uma relação

triangular recíproca entre os diferentes participantes e em todas as etapas do processo de transformação das condições de produção, ou seja, a pesquisa gera o conhecimento, a inovação, a extensão difunde e o produtor adota (GASTAL, et. al., 2002; XAVIER, et. al. 2007).

As pesquisas no âmbito da agricultura familiar, de acordo com Gastal et.al. (2009), devem abordar diferentes temas, no olhar voltado ao desenvolvimento sustentável, indo desde a conservação dos recursos naturais, passando pelos sistemas de produção, mercado, formação integral dos agricultores e suas organizações, indo até os processos organizativos.

Assim, a interação entre atores institucionais em torno de um objetivo comum, ou seja, o desenvolvimento propicia a tornar o processo mais participativo e mais adequado à realidade social, econômica, política, cultural e ambiental de cada localidade.

#### **4.3 Ações de promoção do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e a articulação dos atores institucionais**

A agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás, conforme descrito no item anterior, conta com uma rede de cooperação local. Além das instituições que atuam diretamente com a agricultura familiar, como as de representação social e empresarial (associações de produtores e cooperativas), Sindicato dos Trabalhadores Rurais e EMATER, participam ainda a Prefeitura e a Câmara Municipal, organizações não governamentais, Instituições de Ensino Superior, de crédito e empresas privadas. Essa rede, com a cooperação de instituições regionais e nacionais propiciou a consecução de algumas ações, que alavancaram outras e que foram fundamentais para dar suporte às políticas públicas implantadas a partir da década de 1990.

As ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar local, a partir da criação do PRONAF, em 1996, até 2013, foram identificadas a partir da construção da linha do tempo descrita no Quadro 5. Nesse quadro, além das ações descritas em ordem cronológica, estão descritas as instituições parceiras.

Quadro 5 - Linha do tempo das ações extensionistas, de assistência técnica e de pesquisas e as instituições responsáveis pela execução da ação no período de 1996 a 2013 - Mineiros-Goiás.

<b>Ação</b>	<b>Período</b>	<b>Instituições</b>
1. Elaboração de projetos de Crédito Rural – PRONAF – projetos agropecuários de custeio e investimento	1996 a 2013	EMATER, Banco do Brasil, CREDTAG
2. Cursos/Oficinas de Extensão:	1996 a 2013	EMATER, Instituições de Ensino Superior, SENAR, Sindicato Rural, SEBRAE
3. Projeto Cumeeira	1997 a 1999	Fundação Emas, EMATER, UNIFIMES
4. Projeto “Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani e implicações na qualidade de água subterrânea”	1999 a 2000	EMBRAPA, EMATER, UNIFIMES, Fundação Emas
5. Agenda 21 Local – Diagnóstico Participativo da Zona Rural	2002 a 2003	Oréades, Fundação Emas, Comunidade do Cedro, Prefeitura
6. Seminário sobre Agricultura Familiar na Região Sudoeste	2003	EMATER, STR e Prefeitura
7. “Projeto “Manejo Agro-ecológico nas áreas de recarga do Aquífero Guarani na região das nascentes do Araguaia”	2003 a 2006	EMBRAPA Meio Ambiente, EMATER, UNIFIMES, Oréades
8. Cooperativa de Crédito Solidário da Agricultura Familiar de Mineiros	2003 a 2013	STR, EMATER e Banco do Brasil
9. Dia de Campo “Boas Práticas Agrícolas para a região das Nascentes do Rio Araguaia”	2005	EMBRAPA Meio Ambiente, EMATER, UNIFIMES
10. Encontro Regional sobre Agricultura Familiar e Crédito Fundiário	2005	EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura
11. Encontro Regional de Turismo no Meio Rural	2006	EMATER, UNIFIMES e Prefeitura
12. Projeto Semear – Assentamentos da Região do Pinga Fogo	2006 a 2007	UNIFIMES, EMATER, STR e Prefeitura
13. PROEAF – Programa de Extensão Universitária de apoio à Agricultura Familiar – PROEAF do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES	2006 a 2013	UNIFIMES e EMATER
14. Dia de Campo – Gestão Administrativa na Agricultura Familiar – melhoria nos processos produtivos	2006	UNIFIMES e EMATER
15. Elaboração de cartilha informativa – “Agricultor Familiar – chegou a sua vez”	2006	UNIFIMES e EMATER
16. Projeto Escolas do Cerrado – conhecimento e valorização do bioma Cerrado	2006 a 2008	UNIFIMES, EMATER e Prefeitura Municipal

## Continuação do Quadro 5

<b>Ação</b>	<b>Período</b>	<b>Instituições</b>
17. Campanha: Proteção das Nascentes de Mineiros	2007 a 2008	EMATER e UNIFIMES
18. Projeto: Situação do PRONAF em Mineiros – definição de novas demandas	2007 a 2009	EMATER, STR, CREDTAG, UEG
19. Programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Banco Brasil na Comunidade Quilombola do Cedro – remédios caseiros e rapadura	2007 a 2013	Agente Financeiro, EMATER e Associação de Produtores Rurais
20. Seminários PRONAF – Planos de Safra	2008 a 2011	EMATER, STR, CREDTAG, Banco do Brasil
21. Encontro de Negócios da Agricultura Familiar – melhoria nos processos produtivos	2009	UNIFIMES e EMATER
22. Excursão Santa Catarina	2009	EMATER, MDA
23. Festa da Semente (resgate de espécies tradicionais/crioulas)	2009 a 2013	EMATER, UNIFIMES, STR, FAMA, Cooperativas, Prefeitura
24. Criação do Território de Identidade Rural de Identidade Parque das Emas – articulação entre 9 municípios – desenvolvimento regional (acessar recursos MDA)	2010 a 2013	Governos locais (prefeituras e câmaras municipais), MDA e EMATER
25. Projeto Carbono no Corredor de Biodiversidade Emas - Taquari	2010 a 2012	Oreades e Associações Rurais
26. Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia (reuniões mensais)	2010 a 2013	UNIFIMES, EMATER, STR, Cooperativas e Prefeitura
27. Serviço Municipal de Inspeção Sanitária – SIM (campanha de divulgação)	2010 a 2013	Prefeitura e Câmara Municipal
28. Dia de campo – Plantas Medicinais do Cerrado – DRS Cedro	2011	Banco do Brasil, EMATER, UNIFIMES, EMATER, Câmara Prefeitura
29. Programa “Mineiros + Ambiente”	2011	EMATER e Prefeitura
30. Excursão Silvânia-GO	2011	EMATER, STR, Prefeitura, Câmara
31. COOPERMIN – Cooperativa de Agricultores e Agricultoras familiares de Mineiros	2011 a 2013	EMATER, STR, Prefeitura e Associação de Produtores Rurais
32. Projeto Balde Cheio – melhoria do processo produtivo na cadeia do leite	2011 a 2013	Prefeitura Municipal, Sindicato Rural e EMATER
33. Programa Municipal de Assistência Técnica – Programa de ASTEC	2011 a 2013	EMATER, UNIFIMES, Cooperativas, Empresa de ASTEC privada, Prefeitura, Agrodefesa e STR

Continuação do Quadro 5

<b>Ação</b>	<b>Período</b>	<b>Instituições</b>
34. Projeto “Fortalecimento Agricultura Familiar” – Programa Energia Social para a Sustentabilidade Local - parceria empresa sucro-alcooleira	2011 a 2013	EMATER, UNIFIMES, Cooperativas, Prefeitura e empresa privada
35. Programa de Melhoramento do Gado Gir Leiteiro	2011 a 2013	EMATER, Associação Goiana do Gado Gir
36. Programa Municipal de Criação de Suínos de Raças Nacionais (Encontros de Criadores de Suíno Caipira, Unidade Demonstrativa)	2011 a 2013	EMATER, UNIFIMES, STR, Cooperativas e Prefeitura
37. Projeto Raízes: criando vínculos sustentáveis com o Cerrado	2011 a 2012	Oréades, Associações Rurais
38. Indicação Geográfica do Queijo Cabacinha	2012 a 2013	Prefeitura, EMATER, SEBRAE, MAPA
39. Festival Gastronômico de Mineiros	2012	Prefeitura, EMATER, UNIFIMES, FAMA
40. Seminário: Agricultura Familiar - do campo à mesa do escolar	2012	CECANE UFG, EMATER, UNIFIMES, Cooperativas e Prefeitura
41. Safari Fotográfico na região dos Assentamentos do Pinga Fogo	2010 e 2012	UNIFIMES e EMATER
42. Dia de Campo: Alimento Legal – Diga SIM para a Qualidade	2012	EMATER, Cooperativas e Associação de produtores rurais
43. AGROCENTRO-OESTE Familiar (participação efetiva – Encontro Troca de Sementes, Seminários, Stand)	2012 e 2013	UFG, GEPAF, EMATER, UNIFIMES, Núcleo Agroecologia, STR, Cooperativas e Prefeitura
44. Seminário: Agricultura Familiar em Goiás	2012 a 2013	EMATER, UNIFIMES, STR, Cooperativas e Prefeitura
45. Início da venda de produtos da agricultura familiar para o PNAE	2012 a 2013	EMATER, UNIFIMES, Cooperativas e Prefeitura
46. Programa “Jovem Empreendedor Rural”	2012 a 2013	EMATER, UNIFIMES, Cooperativas e Prefeitura
47. Dia de campo – Produção de Hortaliças na Agricultura Familiar	2013	EMATER, UNIFIMES, Cooperativas e Prefeitura
48. Início da venda de produtos da agricultura familiar para o PAA	2013	EMATER, UNIFIMES, Cooperativas e Prefeitura
49. Implantação do Banco de Multiplicação de Hortaliças Tradicionais	2013	EMATER, UNIFIMES, EMBRAPA Hortaliças e Cooperativas

Fonte: Pesquisa documental, elaborado por PAULA, Márcia M. de (2013)

Com a elaboração da linha do tempo, pôde-se identificar as instituições e ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. Desta forma, partindo das dimensões da sustentabilidade, o Quadro 6 demonstra as instituições que realizaram ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (dimensões social, econômica, ambiental e cultural) da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás, no período estudado, identificando a fonte documental: A - Sítios oficiais; B - Relatórios da EMATER; C - Atas; D - Materiais do PROEAF (Programa de Extensão Universitária de Apoio à Agricultura Familiar); E - Publicações dos Projetos de Pesquisa; F - Outras Publicações.

Dada à natureza dessas ações, elas foram caracterizadas como ações extensionistas, de assistência técnica e ações de pesquisa. Essas últimas, em menor frequência.

Na análise dos documentos avaliados, optou por categorizar as ações nas dimensões social, econômica, ambiental e cultural da sustentabilidade. Essa categorização reflete a visão multifacetária que é inerente ao tema em questão.

Na análise das ações partiu-se dos princípios da sustentabilidade descrito por Sachs (2009), que seguem: i) sustentabilidade social: distribuição de renda justa e emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente; ii) sustentabilidade econômica: capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, segurança alimentar e desenvolvimento econômico; iii) sustentabilidade ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistema, e iv) sustentabilidade cultural: equilíbrio entre respeito à tradição e inovação.

Nos documentos analisados, a interpretação e análise foram feita baseadas no objetivo de cada ação. Considerando que muitas ações foram realizadas por mais de uma instituição, a fonte documental pode ser uma ou mais, visto que a mesma ação pode estar descrita em mais de um documento.

Quadro 6 - Quadro demonstrativo das instituições que realizaram ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (dimensões social, econômica, ambiental e cultural) da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás no período de 1996 (criação do PRONAF) a 2013, identificando a fonte documental.

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
1. EMATER	B, D - "... 26,16% dos agricultores entrevistados adquiriram gado leiteiro, reforçando a importância da pecuária leiteira para a região. Quanto à melhoria da renda da família diante do crédito, 97,18% dos entrevistados responderam que SIM, houve uma melhora significativa na renda da família" (EMATER, 2013, p. 76; MARASCA, 2008, p. 15).	1. Crédito Rural – projetos agropecuários de custeio e investimento (PRONAF)	x	x		
	B - curso de curta duração é um método de alcance grupal muito utilizado nas ações extensionistas e tem o objetivo capacitar agricultores em diferentes áreas. O lema dos cursos na EMATER é "ensinar a fazer fazenda" (EMATER, 2012, p. 89).	2. Cursos/Oficinas de Extensão: Cooperativismo, Associativismo, Apicultura, Olericultura, Criação Suínos, Avicultura, Empreendedorismo Rural, Administração Rural, Bovinocultura Leiteira, Agricultura Orgânica, Produção Mudas, Paisagismo Rural, Minhocultura, Piscicultura, Mercados Institucionais, Gastronomia, Artesanato, Hortaliças Tradicionais, Turismo rural, Fitotecnia (cultivos diversos), Processamento de alimentos (queijos, doces, panificados, etc).	x	x	X	x
	B - o seminário teve como principal objetivo divulgar a importância da agricultura familiar como geradora de renda e qualidade de vida - realizado em 07/11/03 (EMATER, 2013, p. 5).	3. Seminário sobre Agricultura Familiar na Região Sudoeste	x	x		
	B - o encontro foi realizado em 22/02/05 com a proposta de levar informações sobre o Programa "Crédito Fundiário" aos agricultores familiares (EMATER, 2013, p. 20).	4. Encontro Regional sobre Agricultura Familiar e Crédito Fundiário	x	x		

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
1. EMATER	B - o encontro aconteceu nos dias 26 a 28/10/06 com o objetivo de abordar as potencialidades turísticas da região (EMATER, 2013, p. 33).	5. Encontro Regional de Turismo no Meio Rural		x	x	x
	B - a campanha teve por objetivo divulgar a importância e necessidade de preservação das nascentes e foi realizada no período de 2007 a 2009. Um trabalho de hierarquização e quantificação de bacias no município de Mineiros identificou 5.366 nascentes. Considerando que a área do município é de 8.896Km <sup>2</sup> a densidade de nascentes na área do município é de uma nascente a cada 1,6 km <sup>2</sup> (EMATER, 2013, p. 44).	6. Campanha: Proteção das Nascentes de Mineiros			x	
	B - O projeto teve por objetivo realizar uma pesquisa de campo entre agricultores familiares atendidos pelo PRONAF para avaliar o programa e identificar novas demandas. O projeto aconteceu no período de agosto de 2007 a agosto de 2008 (EMATER, 2013, p. 68).	7. Projeto: Situação do PRONAF em Mineiros – definição de novas demandas	x	x		
	B - os seminários aconteceram no período de 2008 a 2010 – objetivo de divulgar as regras dos planos de safra (EMATER, 2013, p. 58, 88, 110).	8. Seminários PRONAF – Planos de Safra	x	x		
	B - a excursão aconteceu no período de 20 a 26/09/09 e participaram agricultores familiares de todo estado, de Mineiros foram 3 agricultores (EMATER, 2013, p. 93)	9. Excursão Santa Catarina	x	x	x	x
	B - as festas aconteceram no período de 2009 a 2013 e teve como objetivo discutir a importância da Agricultura Familiar; promover a discussão sobre a importância do resgate de espécies crioulas e raças naturalizadas (segurança alimentar); e focar a Agroecologia como uma oportunidade de negócios para os agricultores (EMATER, 2013, p. 88, 110, 134, 179, 218).	10. Festa da Semente	x	x	x	x

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
1. EMATER	B - o programa foi realizado de 2011 a 2013 e faz parte do Programa Nacional da Raça Gir Leiteira, uma raça tradicional e rústica (EMATER, 2013, p. 131, 180, 218).	10. Programa de Melhoramento do Gado Gir Leiteiro		x		x
	B - o programa de ASTEC foi criado em 2011 e tem por objetivo prestar assistência técnica com foco na agroecologia aos agricultores familiares de forma gratuita. Participam do programa, técnicos da EMATER, professores da UNIFIMES, técnicos da Prefeitura e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (EMATER, p. 131, 179, 218).	11. Programa Municipal de Assistência Técnica – Programa de ASTEC	x	x	x	x
	B - o programa teve início em 2011 e o objetivo principal é divulgar a importância da manutenção da criação de suínos caipiras. O programa mantém uma Unidade Demonstrativa e realiza anualmente o Encontro de Criadores de Suíno Caipira (EMATER, 2013, p. 134, 179, 218).	12. Programa Municipal de Criação de Suínos de Raças Nacionais	x	x	x	x
	B - o seminário - 02/03/12 com objetivo de divulgar o PNAE prevê a aquisição de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar (EMATER, 2013, p. 191).	13. Seminário: Agricultura Familiar - do campo à mesa do escolar	x	x		x
	B - o dia de campo aconteceu no dia 06/06/12 e o objetivo foi demonstrar a importância do Serviço de Inspeção Municipal – SIM na agroindustrialização artesanal dos produtos da agricultura familiar, atendendo à legislação sanitária (EMATER, 2013, p. 195)	14. Dia de Campo: Alimento Legal – Diga SIM para a Qualidade	x	x	x	x
	B - participação efetiva de um grupo de agricultores, técnicos e estudantes no maior evento da agricultura familiar do estado de Goiás, promovido pela Universidade Federal de Goiás – Encontro Troca de Sementes, Stand - 2012 e 2013 (EMATER, 2013, p. 179, 217)	15. participação no AGROCENTRO-OESTE Familiar	x	x	x	x
	B - paralelo à Festa Semente. Visa abordar temas atuais da agricultura familiar (EMATER, 2013, p. 131, 180, 218).	16. Seminário: Agricultura Familiar em Goiás	x	x	x	x

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
1. EMATER	B - o programa foi criado em 2012 e a proposta é mostrar para os filhos de agricultores que o campo oferece oportunidades (EMATER, 2013, p 180, 218).	17. Programa “Jovem Empreendedor Rural”	x	x		x
	B - o evento teve como objetivo incentivar a produção de hortaliças no município e ocorreu no dia 26/04/13. Reuniu mais de 200 pessoas (EMATER, 2013, p. 237).	18. Dia de campo – Produção de Hortaliças na Agricultura Familiar	x	x	x	
2. Prefeitura Municipal	A, B, D - o SIM foi criado em 2010 e no ano de 2011 foi realizada uma campanha de divulgação nas comunidades rurais. O primeiro selo do SIM foi entregue em dezembro de 2011. Os produtores certificados foram o casal da região do Buracão Elaneida e José Orlandino de Resende. Eles produzem queijo a mais de sete anos e perceberam no programa uma oportunidade para aumentar a qualidade dos seus produtos. Em depoimento, disseram: “O SIM não veio para punir o produtor e muito menos fazer com que ele pare de produzir, veio para apoiar e caminhar junto ao produtor. Essa é mais uma oportunidade comercializar nossos produtos com qualidade” (MINEIROS-GO, 2012; EMATER, 2013, p. 136; PIO, 2012, p. 23).	19. criação do Serviço Municipal de Inspeção Sanitária – SIM e campanha de divulgação	x	x	x	x
	B - o programa foi realizado no primeiro semestre de 2011 e constou de uma série de ações informativas sobre as questões ambientais (EMATER, 2013, p. 135).	20. Programa “Mineiros + Ambiente”			x	
	B - o projeto (2011) busca a melhoria do processo produtivo na cadeia leiteira (EMATER, 2013, p. 131).	21. Projeto Balde Cheio		x		
	B - iniciado em 2012 o processo de busca do selo de indicação geográfica do Queijo Cabacinha (EMATER, 2013, p. 180).	22. Indicação Geográfica do Queijo Cabacinha		x		x
	B - o festival aconteceu em novembro de 2011 e teve como tema a gastronomia do cerrado (EMATER, 2013, p. 194).	23. I Festival Gastronômico de Mineiros		x	x	x

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
3. COOPERMIN	B - a COOPERMIN foi criada em 2011, com o principal objetivo de atender os mercados institucionais - agricultura familiar – PNAE e PAA (EMATER, 2013, p. 133).	24. Criação da COOPERMIN - Cooperativa de Agricultores e Agricultoras Familiares de Mineiros	x	x		
	B, C - a venda de produtos para a alimentação escolar se deu em junho de 2012, inicialmente para as escolas municipais. A principal dificuldade foi a criação da cooperativa de agricultores, visto que, para acessar o PNAE, a venda teria que ser via cooperativa. Esse processo, coordenado pelos técnicos da EMATER e demais instituições parceiras, durou cerca de 2 anos. A cooperativa é constituída por agricultores que moram em suas propriedades e não possuem conhecimento e nem tempo disponível para fazerem a gestão da cooperativa. Nesse sentido, o apoio da prefeitura foi fundamental. Outra dificuldade encontrada foi a organização da produção, visto que, localmente, o mercado da agricultura familiar é voltado para a pecuária leiteira. Diversificar a produção, com o objetivo de atender a demandas e, ao mesmo tempo, respeitar a cultura dos agricultores, atender às exigências sanitárias e organizar toda a logística da produção foi um desafio (EMATER, 2013, p. 184).	25. Início da venda de produtos da agricultura familiar para o PNAE	x	x		
	B, C - o início da venda para a CONAB para atender o PAA se deu em dezembro de 2013, com a participação de 22 agricultores, atendendo 13 instituições sócias e entregando mais de 20 produtos, entre verduras, frutas, grãos, queijos, panificados e rapadura (EMATER, 2013, p. 231).	26. Início da venda de produtos da agricultura familiar para o PAA	x	x		
4. CREDTAG	B, C - a cooperativa foi criada com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, focando, num primeiro momento, na promoção do crédito do PRONAF (EMATER, 2013, p. 37).	27. Criação da Cooperativa de Crédito Solidário da Agricultura Familiar de Mineiros - CREDTAG	x	x		

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
5. Sindicato Trabalhadores Rurais	B - o Sindicato coordenou a excursão com agricultores familiares para conhecer uma região com várias experiências positivas em cooperativismo e produção orgânica. A excursão aconteceu no dia 24/05/11 (EMATER, 2013, p. 133). Ressalta-se que o Sindicato é parceiro numa série de outras atividades como demonstra da Linha do Tempo.	28. Excursão em Silvânia-GO	x	x	x	x
6. UNIFIMES	B - o projeto SEMEAR teve por objetivo realizar um curso de capacitação para os agricultores assentados na região do Pinga Fogo. Aconteceu nos anos 2006 a 2007 e contou com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (EMATER, 2013, p. 33, 44).	29. Projeto Semear – Assentamentos da Região do Pinga Fogo	x	x	x	x
	D – o PROEAF começou com um grupo do curso de Administração em 2006, depois se estendeu aos cursos de ciências agrárias da UNIFIMES. Os primeiros trabalhos do programa, contaram com a participação de 06 alunos que fizeram seu estágio supervisionado nas instituições que operavam o PRONAF. Entre uma série de atividades realizadas, o programa contou com um balcão de atendimentos aos agricultores e realização de pesquisas de campo com o objetivo de conhecer esses agricultores familiares (MARTINS, 2006).	30. PROEAF – Programa de Extensão Universitária de apoio à Agricultura Familiar – PROEAF do Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES	x	x	x	x
	B - o dia de campo sobre gestão administrativa teve por objetivo abordar a temática numa propriedade de agricultores familiares. Foi realizado no dia 07/10/06 (EMATER, 2013, p. 33).	31. Dia de Campo – Gestão Administrativa na Agricultura Familiar – melhoria nos processos produtivos	x	x	x	x
	D - a publicação da cartilha, demonstrando o passo a passo para o agricultor ter acesso ao crédito do PRONAF foi uma ação dentro do PROEAF. Tiragem 1000 cópias (DUTRA, 2006).	32. Elaboração de cartilha informativa – “Agricultor Familiar – chegou a sua vez”		x		

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
6. UNIFIMES	B, F - o projeto “Escolas do Cerrado” teve por objetivo promover ações de educação ambiental, com o intuito de tornar as escolas municipais rurais de Mineiros-GO, centros de difusão de conhecimento para a preservação, conservação e utilização dos recursos naturais do cerrado (EMATER, 2013; PAULA, et al., 2007). O projeto aconteceu no período de 2006 a 2008.	33. Projeto Escolas do Cerrado – conhecimento e valorização do bioma Cerrado			x	
	B, D - o encontro teve por objetivo abordar a temática do cooperativismo e da gestão administrativa na agricultura familiar. Aconteceu nos dias 09/05/09 na Associação da Corredeira, 23/05/09 na Associação da Pinguela e 06/06/09 nos Assentamentos da região do Pinga Fogo (EMATER, 2013, p. 88).	34. Encontro de Negócios da Agricultura Familiar – melhoria nos processos produtivos	x	x		
	B, C - O Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia surgiu em 2010, a partir da realização da Festa da Semente, evento de Extensão, realizado desde 2009 pelas instituições ligadas a agricultura familiar em Mineiros-Goiás. A proposta do Núcleo é criar um espaço de busca e troca de informações sobre agroecologia, integrando o espaço universitário na dimensão ensino, pesquisa e extensão às instituições ligadas à agricultura familiar, contribuindo para o fortalecimento da mesma (EMATER, 2013, p. 110).	35. Criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia (reuniões mensais)	x	x	x	x
	A, B - Na região dos Assentamentos do Pinga Fogo, foram realizados dois safáris fotográficos nos anos de 2010 e 2012 (UNIFIMES, 2013), onde além do serviço de guia, os agricultores familiares prepararam as refeições e comercializaram seus produtos (farinha, castanha de baru torrada e paçoca de baru) aos turistas (EMATER, 2013)	36. Safari Fotográfico na região dos Assentamentos do Pinga Fogo	x	x	x	x

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
7. Banco do Brasil	B - o programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável) do Banco Brasil iniciou em 2007 na Comunidade Quilombola do Cedro e tinha como objetivo fomentar e melhorar a produção de fitoterápicos e produtos da cana-de-açúcar – rapadura (EMATER, 2013).	37. Programa DRS	X	X	X	X
	B - o dia de campo teve o objetivo de abordar questões relacionadas à produção e ao manejo sustentável de plantas medicinais do Cerrado – 26/02/11(EMATER, 2013, p. 162).	38. Dia de Campo - DRS Cedro		X	X	X
8. Fundação Emas	F - o projeto Cumeeira foi realizado pela Fundação Emas, EMATER e outros parceiros com o objetivo de realizar ações na área de gestão e educação ambiental no período de 1997 a 1999 (FUNDAÇÃO EMAS, 1998).	39. Projeto Cumeeira			X	
9. EMBRAPA	E - o projeto realizado nos anos de 1999 a 2000 na região buscou caracterizar as áreas rurais com maior risco de contaminação para água subterrânea (GOMES et al., 2000)	40. Projeto “Uso agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani e implicações na qualidade de água subterrânea” – EMBRAPA Meio Ambiente		X	X	
	E - o projeto, com a interface entre agricultura e meio ambiente, desenvolveu uma série de ações na região de recarga do Aquífero Guarani na região de Mineiros, destacando a necessidade de um manejo adequado, no período de 2003 a 2006 (GOMES et al, 2006; 2008; PAULA et al., 2008).	42. Projeto “Manejo Agro-ecológico nas áreas de recarga do Aquífero Guarani na região das nascentes do Araguaia” – EMBRAPA Meio Ambiente		X	X	
	A, F - o dia de campo teve o objetivo de abordar as boas práticas agrícolas para a região das nascentes do rio Araguaia, área de recarga do Aquífero Guarani. Enfocou o controle de processos erosivos e a aplicação otimizada de defensivos agrícolas. O evento aconteceu no dia 09/12/05 (EMATER, 2013, p. 20).	43. Dia de Campo “Boas Práticas Agrícolas para a região das Nascentes do Rio Araguaia” – EMBRAPA Meio Ambiente		X	X	

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
9. EMBRAPA	B, F - o banco de multiplicação foi implantado na Fazenda Experimental da UNIFIMES em setembro de 2013. O banco tem por objetivo produzir as hortaliças e disponibilizar os materiais de propagação aos agricultores familiares da região. Hortaliças não convencionais, ou tradicionais, são aquelas que possuem uma forte ligação com a cultura local, apesar de pouco comuns nas hortas e nos mercados (EMATER, 2013, p. 218; MAPA, 2010).	44. Implantação do Banco de Multiplicação de Hortaliças Tradicionais – EMBRAPA Hortaliças	x	x	x	x
10. Oréades Núcleo de Geoprocessamento	B - a realização do Diagnóstico Participativo da Zona Rural foi entre 2002 e 2003 e teve por objetivo conhecer a realidade da zona rural no município no sentido de propor uma agenda de desenvolvimento (EMATER, 2013).	45. Agenda 21 Local – Diagnóstico Participativo da Zona Rural	x	x	x	x
	A, B - o projeto tem por objetivo reflorestar áreas de cerrado e envolve as comunidades dos assentamentos da região na coleta de sementes e produção de mudas de nativas (EMATER, 2013).	46. Projeto Carbono no Corredor de Biodiversidade Emas - Taquari	x	x	x	x
	A, B - O projeto Raízes tem como objetivo apoiar os agricultores dos Assentamentos da Região do Pinga Fogo na gestão do uso dos recursos hídricos e no estabelecimento de novas fontes de renda que, simultaneamente, combatem os problemas de segurança alimentar da comunidade (EMATER, 2013).	47. Projeto Raízes: criando vínculos sustentáveis com o Cerrado	x	x	x	x
11. Empresa privada sucro-alcooleira	B - a empresa mantém o Programa Energia Social Sustentabilidade Local que apoia ações da comunidade. O projeto visa a aquisição de máquinas e equipamentos para a COOPERMIN (EMATER, 2013, p. 133).	48. Projeto “Fortalecimento da agricultura familiar de Mineiros e região”	x	x	x	x
12. Colegiado do Território Rural Identidade Parque das Emas	B, F - o Território Rural de Identidade Parque das Emas, foi criado em 2010 e homologado junto ao PRONAT em 2013. É composto por nove municípios do sudoeste goiano (EMATER, 2013).	49. criação do Território Rural de Identidade Parque das Emas	x	x	x	x

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
13. CMDRS	B - o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é um órgão de caráter consultivo e deliberativo da política de desenvolvimento rural do município (EMATER, 2013).	50. atuação direta na implementação do Programa Crédito Fundiário	x	x	x	x
14. Empresa de Assistência Técnica Privada	B - empresa parceira na realização de ações voltadas para a agricultura familiar de Mineiros-Goiás (EMATER, 2013).	51. participação no Programa de ASTEC, elaboração de projetos de crédito rural e projeto para Programa de Crédito Fundiário	x	x		
15. Sindicato Rural de Mineiros	B - o sindicato, juntamente com o SENAR apoia as ações, principalmente na realização de cursos de capacitação (EMATER, 2013).	52. o sindicato apoia o agricultores familiares na realização de cursos de capacitação em diversas áreas juntamente com o SENAR	x	x	x	x
16. SEBRAE	B - apoia as ações e realiza cursos de capacitação (EMATER, 2013).	53. cursos de capacitação	x	x	x	x
17. SENAR	B - realização de cursos de capacitação (EMATER, 2013).	54. cursos de capacitação	x	x	x	x
18. UFG (CECANE e GEPAF)	B - parceira nas ações ligadas à agricultura familiar em Mineiros-Goiás (EMATER, 2013).	55. apoio na implementação do PNAE, parceria na realização de eventos.	x	x		
19. FAMA	B - parceira na realização de algumas ações (EMATER, 2013).	56. apoio na festa da semente e ao Serviço de Inspeção Municipal .	x	x	x	x
20. Câmara de Vereadores	B - parceira na realização de algumas ações (EMATER, 2013).	57. apoio em eventos e demais ações .	x	x		
21. Agrodefesa	B - parceira na realização de algumas ações (EMATER, 2013).	58. apoio em eventos e ações ligadas às questões sanitárias		x	x	
22. MDA	B - parceira na realização de algumas ações (EMATER, 2013).	59. apoio em ações principalmente ligadas ao Colegiado de Território Rural de Identidade Parque das EMAS.	x	x	x	x

Continuação do Quadro 6

Instituição	Documentos*	Ações	Dimensões da sustentabilidade**			
			social	econômica	ambiental	Cultural
23. CONAB	B - parceira na realização de algumas ações (EMATER, 2013).	60. apoio nas ações ligadas ao PAA.	x	x		
24. Associações Rurais	B - parceira na realização das ações (EMATER, 2013).	61. apoio nas ações.	x	x	x	x

Fonte: Pesquisa documental, elaborado por PAULA, Márcia M. de (2013)

\*Documentos (ver Quadro1):

- A - Sítios oficiais;
- B - Relatórios da EMATER;
- C - Atas;
- D - Materiais do PROEAF;
- E - Publicações dos projetos de pesquisa;
- F - Outras publicações

\*\*Princípios das dimensões da sustentabilidade (SACHS, 2009):

- social: distribuição de renda justa e emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente
- econômica: capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção, segurança alimentar e desenvolvimento econômico
- ambiental: respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas
- cultural: equilíbrio entre respeito à tradição e inovação

Analisando ainda os resultados do Quadros 6, observa-se que a maioria das ações estão inseridas em mais de uma dimensão da sustentabilidade. Isso se dá pelo fato de que a agricultura familiar assume essa característica multifacetária.

A seguir serão analisadas ações nas dimensões social, econômica, ambiental da sustentabilidade e posteriormente a análise da articulação das instituições para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás.

#### **4.3.1 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Social**

De acordo com os resultados analisados nas ações ligadas à agricultura familiar no município, sob o prisma da sustentabilidade social, a redução das desigualdades sociais só vai acontecer com o fortalecimento das organizações representativas dos agricultores. Deste modo, as ações voltadas para a melhoria das formas associativas (organização rural) e de participação social (gestão social) estão representadas nos exemplos pontuais da criação da Cooperativa de Crédito Rural dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (CREDITAG), em 2003; da Cooperativa Mista Agropecuária dos Agricultores e Agricultoras Familiares de Mineiros (COOPERMIN), em 2011; da atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e do Colegiado do Território Rural de Identidade Parque das Emas.

Esses resultados demonstram o que Rambo e Filippi (2009) abordaram em sua pesquisa, demonstrando a necessidade da participação e protagonismo dos atores locais em regiões onde predomina a agricultura familiar. Eles discutem ainda que o empoderamento da sociedade civil tem marcado positivamente os processos de desenvolvimento territorial, apontando como inerentes os conceitos do capital social, enraizamento, governança e participação social.

Com o fortalecimento da participação social, através das instituições, sejam elas governamentais ou não, o que se espera é a formação e manutenção de redes de cooperação em prol de um objetivo comum. Essa manutenção e coesão das redes é uma das formas de se medir o capital social, conforme mencionado por Muls (2010).

Outras ações dentro dessa perspectiva são os cursos de capacitação realizados permanentemente por várias instituições, no sentido de qualificar e dar

oportunidade para melhoria na qualidade de vida. São cursos de curta duração, principalmente abordando tecnologias de produção. Ressalta-se que é uma prática recorrente nas ações extensionistas. Gastal et al. (2009), XAVIER et al. (2007) discutem a importância de uma abordagem mais ampla. As ações extensionistas devem incluir diferentes temas em suas ações, além dos sistemas de produção, como gestão ambiental, administrativa e mercado.

#### **4.3.2 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Econômica**

Na dimensão econômica, observou-se que os principais pontos trabalhados pelas instituições foram a transferência de tecnologia nos diferentes sistemas produtivos, seja através de cursos, seminários, encontros. Nessa perspectiva, encontram-se também as ações do programa de extensão universitária - PROEAF do Centro Universitário de Mineiros. O crédito rural e o acesso ao mercado, via implementação dos programas de mercado institucional (PAA e PNAE) tiveram muita atenção por parte das instituições ligadas à agricultura familiar.

Observando as informações obtidas a partir da dimensão econômica, identifica-se que ações voltadas para a melhoria nos processos produtivos, ou seja, tecnologias de produção foram muito frequentes. Desta forma, a análise aponta, que além das questões ligadas à produção, deve-se planejar melhor e mais, ações que enfoquem a gestão administrativa, gerencial. O que confirma os dados discutidos por Batalha, Buainain e Souza Filho (2005); Xavier et al. (2007), Rambo e Filippi (2009).

Batalha, Buainain e Souza Filho (2005) abordam em seu trabalho que os agricultores familiares brasileiros utilizam as técnicas de gestão de forma insatisfatória, o que comprometem a competitividade dos empreendimentos. Aborda que esta situação deve-se a pouca cultura do agricultor no assunto, ao fato de que os técnicos extensionistas não abordam na sua maioria, as tecnologias de gestão, à descapitalização dos agricultores e às políticas públicas de estímulo ao setor que não privilegiam os aspectos de gestão.

Nesse contexto ainda merece destaque a criação do Serviço de Inspeção Municipal (SIM), em 2010, que garante a qualidade do produto da agroindústria familiar e tira o agricultor da clandestinidade na comercialização dos seus produtos.

### **4.3.3 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Ambiental**

Quanto às ações realizadas na dimensão ambiental, observa-se uma série delas ligadas às pesquisas, lideradas pela EMBRAPA Meio Ambiente, no sentido de conhecer a região. Também ressalta-se a atuação das organizações não governamentais no município, desenvolvendo vários projetos ambientais. Os atributos ambientais são inúmeros, visto que é uma região de nascentes, área de recarga do Aquífero Guarani e a região conta com uma das mais importantes unidades de conservação do bioma Cerrado, o Parque Nacional das Emas (FUNDAÇÃO EMAS, 1998; GOMES et al, 2000; GOMES et al, 2006; 2008; PAULA et al., 2008).

Outra questão pontuada localmente é a compreensão dos principais atores institucionais que veem na agroecologia os elementos necessários à condução dos processos produtivos. Também se destacam as atividades ligadas ao turismo no meio rural na região. Além das atividades de produção agrícola propriamente dita, o turismo se apresenta como uma das atividades econômicas a ser desenvolvida, compreendida no âmbito da multifuncionalidade, da pluriatividade e também da inovação (GASTAL, et. al., 2002; XAVIER, et. al. 2007).

As experiências em turismo nos Assentamentos Rurais do Pinga Fogo, no município de Mineiros-Goiás, têm se mostrado como uma alternativa econômica viável para a região. É interessante agregar às lidas rotineiras do campo mais uma atividade que gere renda e ao mesmo tempo conserve um local de grande beleza cênica.

#### **4.3.4 As ações da Agricultura Familiar sob o prisma da Sustentabilidade Cultural**

As ações na dimensão cultural foram menos frequentes. Dessa forma, infere-se que ações pontuais nessa dimensão devam ser priorizadas no planejamento. O valor à cultura local, o respeito aos costumes possuem um forte apelo quando são consideradas as questões não tangíveis do desenvolvimento. Dentro dessa perspectiva, Carneiro e Maluf (2003) em suas pesquisas sobre multifuncionalidade no Brasil abordaram quatro funções associadas ao exercício da atividade agrícola: a reprodução socioeconômica das famílias rurais, a segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade, a manutenção do tecido social e cultural e a preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Esses resultados obtidos no estudo reforçam algumas ações já iniciadas localmente. Cita-se a Festa da Semente, o Programa de Criação de Suínos Caipira, proposta de criação do Selo de Indicação Geográfica do Queijo Cabacinha, juntamente com adequação às legislações sanitárias, como a criação do Serviço de Inspeção Municipal – SIM e a ampliação das políticas públicas locais nessa área.

#### **4.3.5 Articulação dos atores institucionais para o desenvolvimento da agricultura familiar no município de Mineiros-Goiás**

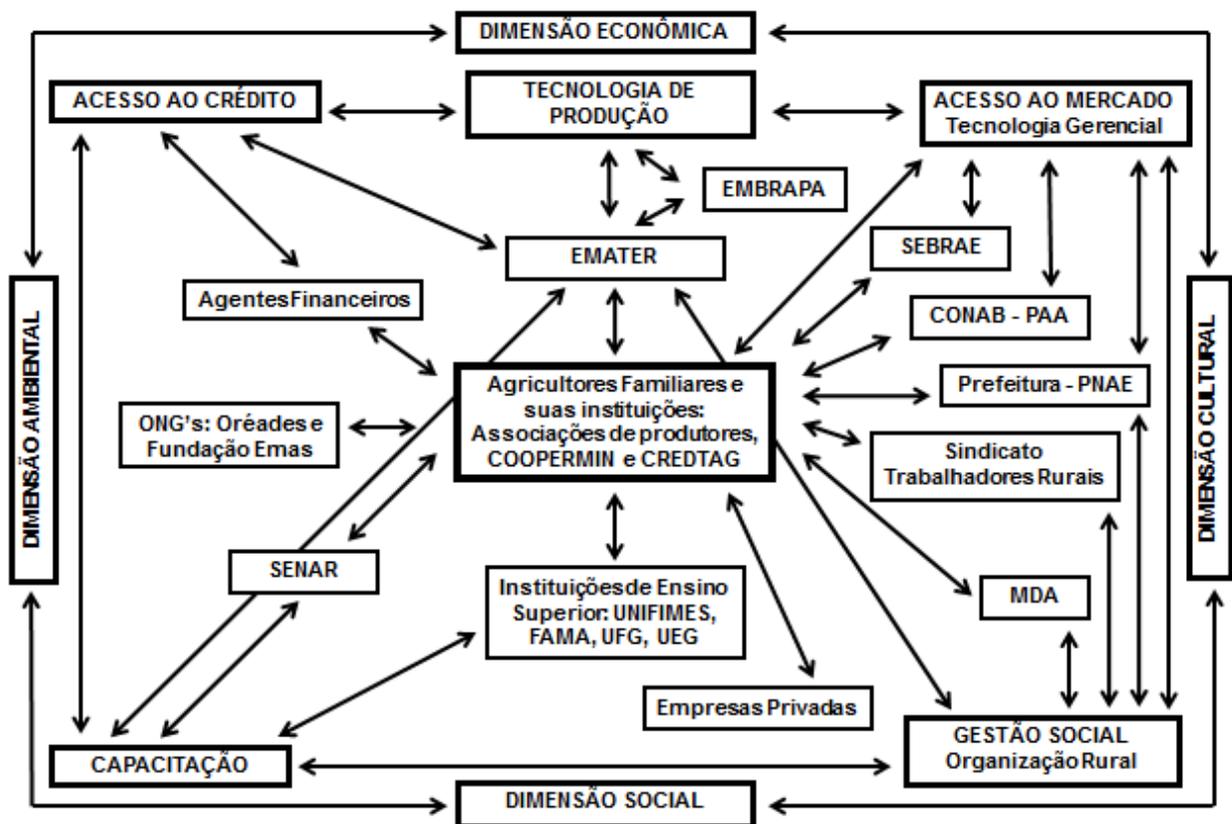
Diante do exposto, entende-se que a agricultura familiar, muito mais que uma forma de produção é uma forma de vida, que traz nas suas múltiplas funções, bens não mercantilizados, como a proteção de bens culturais e ambientais. Sen (2010) argumenta que o desenvolvimento econômico na forma que está inserido na atualidade pode “[...] ser danoso a um país, já que pode conduzir à eliminação de suas tradições e herança cultural. Objeções desse tipo são com frequência sumariamente descartadas com o argumento de que é melhor ser rico e feliz do que pobre a tradicional” (SEN, 2010, p.49). O autor ainda comenta na mesma obra (p. 50): “Se um modo de vida tradicional tem de ser sacrificado para escapar-se da pobreza devastadora ou da longevidade minúscula (que é como vivem muitas

sociedades tradicionais há milhares de anos), então são as pessoas diretamente envolvidas que têm de ter a oportunidade de participar do que deve ser escolhido”.

Diante disso, cabem aos atores institucionais que atuam no planejamento das políticas de desenvolvimento, adquirirem uma postura democrática e estabelecerem rumos que atendam as reais necessidades e potencialidades de uma região.

Desta forma, nas ações descritas na linha do tempo (Quadro 5 e Figura 3), pode-se observar que houve a participação de mais de uma instituição e de alguma forma elas se inter-relacionaram, formando uma rede de cooperação com o objetivo de atingir uma dimensão, seja social, econômica, ambiental ou cultural.

**Figura 3** - Rede de Cooperação formada entre as instituições de Mineiros-Goiás, com ações voltadas para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar – fevereiro/2014



Elaboração: PAULA, Márcia M. de (2013)

A Figura 3 acima mostra um fluxograma que identifica no centro as instituições dos agricultores (associações e cooperativas). Gravitando no entorno, estão os atores institucionais parceiros atuando nas ações ligadas às dimensões social, econômica, ambiental e cultural da sustentabilidade. Essa rede de cooperação atua nas ações que estão diretamente envolvidas com as necessidades básicas da sociedade, que é a produção de alimentos.

Dessa forma, apoiando a agricultura familiar, a comunidade local possa ter acesso a um alimento de qualidade e com a certeza de origem. Também viabiliza o cumprimento da Lei n. 11.947/09 que trata da compra de, no mínimo, 30% dos produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar (PNAE) e a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso indica que o agricultor familiar diversifica a produção, aumenta a sua renda e garante a sua segurança alimentar e nutricional. Concomitantemente, o jovem rural vê a possibilidade de continuar a atividade produtiva, não abandonando a propriedade rural.

A comercialização dos produtos da agricultura familiar só é legitimada, com garantia de qualidade, com a certificação dos produtos no Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e na Vigilância Sanitária. No município de Mineiros-Goiás, os produtos de origem animal já são inspecionados pelo SIM, que foi criado pela Lei Municipal nº 1499/2010 (MINEIROS-GO, 2013). Destaca-se a adequação de algumas queijarias artesanais, que atualmente estão colocando seus produtos no mercado local e na alimentação escolar.

O acesso ao PNAE se deu inicialmente no município de Mineiros-Goiás, no ano de 2012, com a comercialização de seus produtos nas escolas municipais. De acordo com EMATER (2013), o início da venda se deu em junho de 2012, o que representou em percentual 0,63%, dado distante do previsto em lei, que é de 30%. Faltam produtos e aqueles que chegam às escolas nem sempre são bem recebidos, principalmente pela não padronização normalmente encontrada nos produtos dos mercados convencionas. Já o início do PAA, deu-se em março de 2013, com a elaboração do projeto encaminhado à CONAB, com início da venda da produção rural em dezembro de 2013.

As principais dificuldades encontradas localmente, de acordo com EMATER (2013), foram, inicialmente, a criação da cooperativa de agricultores, visto que, para

acessar o PNAE, a comercialização teria que ser via cooperativa. Esse processo, coordenado pelos técnicos da EMATER e demais instituições da rede de cooperação, durou em torno de dois anos, visto que a cooperativa é constituída por agricultores que moram em suas propriedades e não possuem conhecimento e nem tempo disponível para fazerem a gestão da cooperativa. Nesse sentido, o apoio da prefeitura local foi fundamental para resolver essa questão.

Melão (2012) explicita a importância da participação dos gestores públicos na implantação dos programas voltados para o mercado institucional e os agricultores familiares. Aborda também a questão da manutenção dos costumes e hábitos alimentares locais, destacando, por exemplo, a utilização na alimentação de espécies como o baru e o pequi, fruteiras nativas do Cerrado na região centro-oeste.

Outra dificuldade encontrada é na organização da produção, visto que, localmente, o mercado é voltado para a pecuária leiteira, e os laticínios locais buscam o produto na porta do fazendeiro. Diversificar a produção e acatar as exigências sanitárias com o objetivo de atender a demanda das escolas, entidades sociais e mercado em geral é outro desafio. Trabalhos como os de Agne e Waquil (2011) e Abramovay, Magalhães, Schroder (2010) que apontaram a participação ativa de atores sociais nos processos de desenvolvimento da agricultura familiar, demonstraram que a inclusão produtiva, o acesso aos mercados se dão a partir desse exercício.

Entre as ações que articulam uma parcela representativa de atores sociais é a Festa da Semente. O evento, realizado desde 2009, tem por objetivo promover uma reflexão sobre a importância do resgate de espécies de plantas e criações de animais que fizeram parte do hábito alimentar de muitas comunidades, e que ao longo dos anos, e com os efeitos da globalização, foram se perdendo. Essas espécies e algumas raças naturalizadas ainda estão presentes em fazendas de pequenos agricultores, onde verdadeiros “guardiões” contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade.

Durante a Festa, os agricultores levam como ingressos, sementes e mudas de espécies crioulas que são trocadas entre eles. Acontecem ainda, cursos, seminários, troca de experiências, degustação de alimentos produzidos com espécies crioulas e atividades culturais. Concomitante, realiza-se o Encontro de

Criadores de Suíno Caipira, que tem a mesma proposta da valorização da agrobiodiversidade local.

Um dos resultados concretos da Festa da Semente foi a criação do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Agroecologia que surgiu em 2010. A proposta do Núcleo é ter um espaço de busca e troca de informações sobre agroecologia, integrando o espaço universitário, nas dimensões ensino, pesquisa e extensão, às organizações ligadas à agricultura familiar, contribuindo assim para o fortalecimento da mesma.

Ainda, com o objetivo de organizar a produção dos agricultores familiares ligados à cooperativa, em 2011 foi criado o Programa Municipal de Assistência Técnica (Programa de ASTEC). Por meio desse programa, os técnicos das instituições da rede se colocaram à disposição dos agricultores para atenderem às suas demandas, com foco na agroecologia.

Diante desse contexto, observa-se que as instituições desempenham importante papel nos processos de desenvolvimento. A formação de redes de cooperação pode contribuir com a busca de solução de problemas, com o desenvolvimento da agricultura familiar e conseqüentemente com a melhoria de vida da coletividade, que passa a ter acesso a alimentos saudáveis e com garantia de origem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é responsável pela maioria dos alimentos que chega a mesa dos brasileiros e foi, por muitos anos, negligenciada pelas políticas de desenvolvimento (IBGE, 2006). Somente a partir da década de 1990, que os agricultores familiares começaram a contar com uma série de políticas públicas voltadas especificamente para desenvolvimento do setor.

Apesar de passados quase vinte anos desde a criação do PRONAF - 1996, observa-se que em muitas regiões do país pouco se viu transformada a realidade do agricultor familiar. Dificuldade de acessar mercados, mesmo tendo acesso ao crédito, dificuldade de manter escala de produção e inúmeros obstáculos no atendimento das exigências sanitárias no processamento de alimentos.

A partir do entendimento que o desenvolvimento passa por uma série de fatores, que não só aqueles ligados à disponibilidade de recursos naturais e econômicos, mas também àqueles ligados à interação dos atores envolvidos nos processos, é que se propôs esse trabalho. O questionamento foi: como se articulam os atores institucionais para a compreensão e possível intervenção de políticas na dimensão local?

Partindo dessa indagação e tentando entender a articulação dos atores institucionais nos processos de desenvolvimento, com realização do presente estudo pôde-se conhecer e compreender a rede de cooperação que existe em torno da agricultura familiar no município de Mineiros/Sudoeste Goiano. Foram identificadas quais as instituições e como se articulam no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no município. Ressalta-se a importante função de algumas instituições como catalizadoras de ações nas diferentes dimensões do desenvolvimento e ainda a presença de instâncias colegiadas nos processos de tomadas de decisão.

A articulação entre os diferentes atores institucionais na área de estudo, no período de 1996, com a criação do PRONAF, até 2013, se deu por meio da realização de ações extensionistas, de assistência técnica e de pesquisa. Essa última, ainda de forma incipiente, mas fundamental, principalmente para subsidiar futuras ações de planejamento.

No presente estudo identificou-se a participação de 32 Instituições envolvidas numa série de ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar. As Instituições são representantes do Governo, Instituições de Ensino Superior, Cooperativas, Associações Rurais, Instituições Financeiras, Empresas Privadas e Organizações Não Governamentais.

Observou-se também que existe interação entre as instituições desenvolvendo diferentes ações, atuando nas dimensões social, econômica, ambiental e cultural da sustentabilidade.

Essas informações poderão subsidiar ações locais e regionais na implementação de políticas públicas na escala dos municípios voltadas para o setor e apoiadas nas políticas já instaladas no país a partir da década de 1990.

Os resultados apontam que ações voltadas para a melhoria das tecnologias gerenciais e acesso ao mercado são importantes para o desenvolvimento do setor, visto a potencialidade do mesmo. Isso pode ser endossado com a implementação de políticas de fomento à comercialização, com os programas de mercados institucionais (PAA e PNAE). Também sugere-se a inclusão de ações nos programas de desenvolvimento com foco nas dimensões ambientais e culturais.

Acredita-se que o presente trabalho contribuirá para o desenvolvimento regional, pois considera que os atores sociais constroem relações que são catalisadoras do desenvolvimento local. Sugere-se ainda a aplicação desse estudo em outros municípios, principalmente naqueles que compõem o Território Rural de Identidade Parque das Emas, visto que, a partir da homologação do mesmo, a próxima etapa é a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Território. As principais dificuldades nesse tipo de estudo é que nem sempre há informações disponíveis que dê suporte a uma análise ao longo do tempo.

Entende-se que, com os resultados obtidos, as ações possam ser mais eficazes e os atores institucionais tomem consciência do seu papel no processo, contribuindo de forma mais efetiva.

Ressalta ainda que, com a presença da rede de cooperação local ocorra o enfrentamento de um problema comum no país, a descontinuidade das ações quando há mudança dos gestores públicos. Se existe a rede em torno de um objetivo comum, mudam-se os gestores, mas não se muda o curso das ações em

andamento. Essa realidade ocorre principalmente quando há instâncias colegiadas nas tomadas de decisão e uma rede articulada em prol de um objetivo comum. Essa realidade pode ser observada no município, visto a presença de várias instituições ligadas em torno da agricultura familiar.

Diante do exposto, considera-se que o estudo tenha cumprido seus objetivos. Torna-se evidente a necessidade de manutenção da rede de cooperação local e ainda a necessidade de se consolidar uma rede regional de cooperação. É notória também, a manutenção das instituições que catalisam as ações e principalmente a necessidade de realização de pesquisas, no enfoque do desenvolvimento e inovação nos processos ligados à produção agrícola de base familiar. Faz-se necessário um novo olhar dos pesquisadores e suas instituições, das universidades, das agências de extensão rural, que nos últimos anos voltaram suas ações para processos tecnicistas e produtivistas. Torna-se imprescindível um construir coletivo, onde os resultados aparecerão a partir das intervenções e inovações mais diversas dimensões do desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 15, n° 1, p. 132-152, jan/abr. 1998.

\_\_\_\_\_. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. IV, n. 2, p. 379-397, abr/jun. 2000.

\_\_\_\_\_.; MAGALHÃES, R.; SCHRODER, M. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 12, n. 24, mai./ago. 2010, p. 268-306, mai/ago, 2010.

\_\_\_\_\_. **Paradigmas do Capital Agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

AGNE C. L.; WAQUIL, P. D. Redes de proximidade: agricultores, instituições e consumidores na construção social dos mercados para os produtos das agroindústrias rurais familiares na região central do RS. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 1, p. 149 -171, jan/abr. 2011.

ALTAFIN, I. G. **Sustentabilidade, Políticas Públicas e Agricultura Familiar: Uma Apreciação sobre a Trajetória Brasileira**. Tese de Doutorado. CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável. UnB – Universidade de Brasília. 2003. 225 p.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ALVES, E. Reflexões sobre Política Agrícola. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 91-102, abr-jun.1993.

ANDRADE, E. O. de; LUCENA GOMES, F. S. de; CÂNDIDO, G. A. Capital Social como mecanismo para melhoria s nas formas de atuação de cooperativas de Produtores Rurais. **G&DR**, Taubaté, SP, v. 8, n. 2, p. 81-106, mai-ago. 2012.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.

ATRIA, R.; SILES, M.; ARRIAGADA, I.; ROBISON, L. J.; WHITEFORD, S. **Capital Social y reducción da pobreza na América Latina y Caribe**: em busca de um nuevo paradigma. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

BANDEIRA, P. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1999 (Texto para discussão n. 630).

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização brasileira. Campo-Território. **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v.1, n. 2, p.123-151, ago. 2006.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, H.M. de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. BATALHA, M. O e FILHO, H.M de S. (org). **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos. EdUFSCar, 2005.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BOURDIEU, P. Le capital social. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v.31, p. 2-3, 1980.

BRASIL. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. Cria o **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/file?file\\_id=2596574](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/file?file_id=2596574)>. Acesso em: 27 abr. 2012 (1996).

\_\_\_\_\_. LEI Nº 10.696, DE 02 DE JULHO DE 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e da outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2012 (2003).

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.326, de 24 de junho de 2006, **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2012 (2006).

\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Política nacional de desenvolvimento regional: o que temos a ver com ela?** Brasília, 2008. Disponível em: <[http://www.mi.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=9c18d793-9830-4441-95f9-3fd2add4ce42&groupId=24915](http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9c18d793-9830-4441-95f9-3fd2add4ce42&groupId=24915)>. Acesso em: 12 out 2012 (2008).

\_\_\_\_\_. LEI Nº 11.947, de 16 de junho de 2009, **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm)>. Acesso em: 26 abr. 2012 (2009).

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.358, de 17 de novembro de 2010. **Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7358.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2014 (2010).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. **1ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário:** documento final, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/.../Documento\\_Final\\_I\\_CNDRSS\\_21\\_08\\_08.pdf](http://www.mda.gov.br/portal/.../Documento_Final_I_CNDRSS_21_08_08.pdf)>. Acesso em: 13 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Solidário. **Documento de referência para a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.** Brasília: MDA/CNDRS, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Manual do agente emissor de Declaração de Aptidão ao PRONAF.** Brasília: Secretaria da Agricultura Familiar – SAF, Versão 1.0, jan 2014

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. (Orgs). **Para além da produção – multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAUME, D. J. Agricultura Familiar e Agronegócio: falsas antinomias. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 26-44, jan/abr. 2009.

DALLABRIDA, V. R. A dimensão intangível do desenvolvimento: algumas reflexões preliminares. In: BAQUEIRO, M.; CREMONESE, D. **Capital Social: teoria e prática**. UNIJUÍ: Ijuí, 2006.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Governança Territorial e Desenvolvimento: Descentralização Político-Administrativa, Estruturas Subnacionais de Gestão do Desenvolvimento e Capacidades Estatais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

DAUSCHA, R. A inovação na empresa: imperativos para uma mudança estratégica. In: SENNES, R. U., BRITO FILHO, A. (orgs). **Inovações tecnológicas no Brasil – desempenho, políticas e potencial**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

DUTRA, Marly F. Silva. **Agricultor familiar, chegou a sua vez**. Mineiros: FIMES, 2006 (Cartilha do PROEAF – Programa de Extensão Universitária de Apoio ao Agricultor Familiar).

EMATER. **Metodologia e comunicação na Extensão Rural**. Goiânia: EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatórios de Atividades 1996 a 2013**. EMATER – Agência Goiana de Assistência Técnica, Mineiros-GO, 2013. Documentos Internos.

EMBRAPA. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

FAO. **Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming-2014/pt/>>. Acesso em: 18 fev. 2014.

FLÔRES, Murilo. X.; MACÊDO, M. M. C. Novos rumos do desenvolvimento rural. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais...** Foz do Iguaçu, Paraná, 3 agosto 1999.

FRANÇA, C. G. de; DEL GROSSI, M. E.; AZEVEDO MARQUES, V. P. M. de. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FUNDAÇÃO EMAS. **Cumeeira do Brasil: projetos de preservação ambiental**. Brasília: ABEAS, 1998.

FUKUYAMA, F. Capital social y desarrollo: la agenda venidera. In: ATRIA, R. SILES, M. (compiladores). **Capital Social y reducción da pobreza na América Latina y Caribe**: em busca de um nuevo paradigma. Santiago do Chile: CEPAL, 2003.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GALA, P. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 23, nº 2 (90), p. 89-105, abril-junho, 2003.

GASTAL, M. L.; XAVIER, J. H. V.; ROCHA, F. E. de C.; MOLINA, M. C.; ZOBY, J. L. F. **Método participativo de apoio ao desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2002 (Documentos, 74).

\_\_\_\_\_.; ALMEIDA, S. C. R. de; XAVIER, J. H. V. Pesquisa, desenvolvimento e inovação com e para a agricultura familiar. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de (Editores Técnicos). **Projeto Unai – pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2009.

GIORDANO, S. R. Gestão Ambiental no sistema agroalimentar. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares**. Editora Pioneira: São Paulo, 2000.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, M. A. F.; FILIZOLA, H. F.; DE PAULA, M. M. de, DIOGO, A.; CERDEIRA, A. L. **Áreas críticas nas porções de recarga do Aquífero Guarani localizado nas nascentes do Rio Araguaia**. Jaguariúna: EMBRAPA - Meio Ambiente, 2000. (EMBRAPA Meio Ambiente. Documentos, 18)

\_\_\_\_\_, FILIZOLA, H. F., CHAIM, A., PAULA, M. M. de, CARBALLAL, M. R.; SOUZA, M. D. de, DIOGO, A. **Boas Práticas Agrícolas para as Áreas de Nascentes do Rio Araguaia GO/MT**: Controle dos processos erosivos e aplicação otimizada de defensivos agrícolas. Comunicado Técnico. Jaguariúna: EMBRAPA-Meio Ambiente, 2006. (EMBRAPA Meio Ambiente. Comunicado Técnico, 38)

\_\_\_\_\_, PAULA, M.M. de, DIOGO, A., FARIAS, C. D., FILIZOLA, H. F., SOUZA, M. D. de, CARBALLAL, M. R. Levantamento pedológico das áreas de afloramento do Aquífero Guarani na região das nascentes do Rio Araguaia, GO/MT. In: GOMES, M. A. F. (Org.). **Uso Agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**. Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 2008.

GUANZIROLI, C. H.; CARDIM, S. E. (Coord.) **Novo Retrato da Agricultura Familiar – Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro, 2000.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do Capital Social**. Chapecó: Argos Editora Universitária, 2005.

HOFFMANN, Ricardo. A distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNAD de 1992 a 1999. In: CONCEIÇÃO, J. C.; GASQUES, J. G. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2001.

\_\_\_\_\_. Distribuição da renda agrícola e sua contribuição para a desigualdade de renda no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, Ano XX, n. 02, p. 05-22, abr/jun. 2011.

HUERTA, A. R. Uma ruta metodológica para evaluar la capacidad institucional. **Política y cultura**, n. 30, p. 119-134, 2008.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Agricultura Familiar – Primeiros Resultados – Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

\_\_\_\_\_. **Censo 2010**. Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros\\_dados\\_divulgados/index.php?uf=52](http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=52)>. Acesso em: 28 ago. 2013.

IPEA. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais**. Brasília: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, v.2, 2010. 340 p.

MAPA. **Manual de Hortaliças não-convencionais**. Brasília: MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010.

MARASCA, M. R. **Extensão Rural e Agricultura Familiar em Mineiros-Goiás**. Mineiros: Universidade Estadual de Goiás, 2008 (Relatório de Estágio Curricular – Curso Tecnologia em Agropecuária).

MARTINS, A. B. V. **Gestão Administrativa na Agricultura Familiar**. Mineiros: FIMES, 2006 (Monografia de Conclusão do Curso de Administração).

MATTEI, Lauro. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. 136 p (Nead Estudos; 11).

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Cartilha Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. Brasília: MDA, 2013.

MELÃO, I. B. Produtos sustentáveis na alimentação escolar: o PNAE no Paraná. **Caderno IPARDES**. Curitiba, v. 2, n.2, p. 87-105, jul./dez. 2012.

MINEIROS-GO (Município). Lei Municipal nº 1499, de 22 de dezembro de 2010, **Institui o Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal no Município de Mineiros – SIM – MINEIROS-GO**. Disponível em: <<http://www.mineiros.go.gov.br/mineiros/index.php#legislacao.php>>. Acesso em: 28 abr. 2012.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.111, p.09-18, jul./dez. 2006.

MORAES, L. A. de. Contribuição potencial de atividades produtivas agroalimentares para a formação de um sistema agroalimentar localizado (SIAL), na Região Vale do Caí, RS. In: Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Regional, VI, 2013, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2013.

MULS, L. M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-37, jan-abr, 2010.

NAVOLAR, T. S., RIGON, S. do A., PHILIPPI, J. M. de S. Diálogo entre Agroecologia e Promoção da Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, Fortaleza, v. 23, n. 1, p. 69-79, Fev./Mar. 2010.

PAULA, Márcia M. de, DIOGO, A., CABRAL, K. F., DUTRA, E. M. Utilização de espécies ornamentais nativas do Cerrado nos pátios das Escolas Municipais Rurais de Mineiros-Goiás. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**. Campinas: Sociedade Brasileira de Ciência de Horticultura Ornamental. v.13, p.1327-1331, 2007.

\_\_\_\_\_; DIOGO, Alcebíades. CARBALLAL, Manuel R.; GOMES, Marco Antônio F. Realidade Sócio-Econômica das Propriedades Rurais na Região das Nascentes do Rio Araguaia, GO/MT. In: GOMES, M. A. F. (Editor Técnico). **Uso Agrícola das áreas de afloramento do Aquífero Guarani no Brasil**. Jaguariúna: EMBRAPA – CNPMA, 2008.

PERACI, A. S.; BITTENCOURT, G. A. A agricultura familiar e os programas de garantia de preços no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: SILVA, J. GRAZIANO; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. de. **Fome Zero: e experiência brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2010.

PEREIRA, A. A. Programas Especiais de Desenvolvimento Agropecuário. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura em Goiás – Análise e Dinâmica**. Goiânia: Editora UCG, 2004.

PESSALI, F.; DALTO, F. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11-37, jan-abr, 2010.

PIO, Tiago Silva. **Implantação do Serviço de Inspeção Municipal em Mineiros-Goiás**. Mineiros: UNIFIMES – Centro Universitário de Mineiros, 2012. (Monografia de Conclusão do Curso de Engenharia Agrônômica).

PNUD; FJP; IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://atlasbrasil.org.br/2013/o\\_atlas/o\\_atlas\\_](http://atlasbrasil.org.br/2013/o_atlas/o_atlas_)>. Acesso em: 10 ago. 2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **MEI – Microempreendedor Individual**. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 06 jan. 2014

PORTAL ODM. **Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorios/1-acabar-com-a-fome-e-a-miseria/go/mineiros>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. Das concepções clássicas à abordagem territorial: para (re)pensar processos de desenvolvimento na agricultura familiar. **G&DR**, Taubaté, SP, v. 5, n. 1, p. 121-148, jan-abr. 2009.

REIFSCHNEIDER, F. J. B., HENZ, G. P.; RAGASSI, C. F.; DOS ANJOS, U. G.; FERRAZ, R. M. **Novos ângulos da História da Agricultura no Brasil**. Brasília: EBRAPA Informação Tecnológica, 2010.

RICHARDSON, Roberto. J. **Pesquisa Social**: Métodos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODER, Elisângela dos S. F.; SILVA, Edna L da. Agricultura familiar e as teses de doutorado no Brasil. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n.2, p. 111-126, maio/ago., 2013.

RODRIGUES, W.; TEIXEIRA, M. C.; SILVA, M. R.; DINIZ, B. C. Capital Social e desenvolvimento regional: o caso do sudeste do Tocantins. BARROS PINTO, **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 232-248, jan-abr. 2012.

SABOURIN, E. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 162, p. 161-189, 2005.

\_\_\_\_\_; XAVIER, J. H. V.; TRIOMPHE, B. Um olhar sobre os enfoques e métodos no Projeto Unai. In: OLIVEIRA, M. N. de; XAVIER, J. H. V.; ALMEIDA, S. C. R. de (Editores Técnicos). **Projeto Unai – pesquisa e desenvolvimento em assentamentos de reforma agrária**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2009.

SACHS, I. Estratégias de transição para o Século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

\_\_\_\_\_. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, E. L., BRAGA, V., SOUZA SANTOS, R., BRAGA, A. M. da S.

**Desenvolvimento:** um debate conceitual multidimensional. DRd – Desenvolvimento Regional em debate. Ano 2, n. 1, p. 44-61, 2012.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências e Sociologia**, São Paulo, SP, v. 18, n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

\_\_\_\_\_. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 20, n. 3(119), p. 511-531, jul-set. 2010.

\_\_\_\_\_; GERHARDI, T; TRICHES, R. M. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. In: Congresso Internacional de la Red Sial, IV, 2008, Mar Del Plata. **Anais eletrônicos...** Mar Del Plata. Disponível em: <<http://www.inta.gov.ar/balcarce/alfater2008/cd/autorun.html#app=de48&4d2e-selectedIndex=1>>. Acesso em: 12 jan. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, J. GRAZIANO da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1998.

\_\_\_\_\_; DEL GROSSI, Mauro; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 19, n° 1, p. 37-67, jan/abr. 2002.

\_\_\_\_\_; GOMÉS, S; CASTAÑEDA, R. “Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas reflexões. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 13, n. 16, p. 07-21, Jan-jun. 2010.

SILVA, Martiniano J. da. **Parque das Emas: Última pátria do cerrado: bioma ameaçado**. Goiânia: Editora Três Poderes, 1991.

SOUZA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. Ciência e inclusão social na agricultura. In: SOUSA, I. S. F.; CABRAL, J. R. F. **Ciência como instrumento de inclusão social**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. p. 21-69.

SOUZA, A. R. L de; RÉVILLION, J. P. P. Novas estratégias de posicionamento na fidelização do consumidor infantil de alimentos processados. **Ciência Rural**, Santa Maria, v.42, n.3, p. 573-580, mar. 2012.

TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde Sociedade**, São Paulo, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

\_\_\_\_\_. Desestruturar para construir: interfaces para a agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 20, n. 1, p. 66-105, 2012.

UNIFIMES. **Semana do Meio Ambiente** – Exposição de Fotografias do 2º Safári Fotográfico na região do Pinga Fogo. Disponível em: <<http://www.fimes.edu.br/paginas/evento/evento.php?id=173>>. Acesso em: 13 abr. 2013.

UPHOFF, Norman. Understanding social capital: learning from the analysis and experience of participation. In: DASGUPTA, P.; SERAGELDIN, I. **Social Capital. A multifaceted perspective**, Washington, The International Bank for Reconstruction and Development/The WORLD BANK, 2000. p. 215-253.

VALNIER, Adilson. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):** uma análise comparativa nos estados de Rondônia e Acre. 2011. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) - Departamento de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de Taubaté - UNITAU, Taubaté, 2011.

VASCONCELOS, M. J. E. de. **Pensamento Sistêmico:** o novo paradigma da ciência. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2002.

VEIGA, J. E. da. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

\_\_\_\_\_. **Cidades Imaginárias.** O Brasil é menos urbano do que se imagina. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Sustentável** – o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VILLA REAL, L. C.; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do Programa de Alimentação Escolar. **Estudo & Debate**. Lajeado, v. 18, n. 2, p. 57-79, 2011.

XAVIER, J. H. V.; ZOBY, J. L. F.; OLIVEIRA, M. N. de. Uso do enfoque de P&D para apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar: a experiência dos Projetos Silvânia e Unaf. In: FALEIRO, F. G.; SOUSA, E. dos S. de. **Pesquisa, desenvolvimento e inovação para o Cerrado**. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. v. 3, p. 21-55, 1999.

ZIEMBOWICZ, J. A.; MAIA, A. DA S.; PEREIRA, P. B.; DIEL N. O.; GOULART, S. P. Sementes Crioulas: segurança alimentar pela diversidade. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Porto Alegre, v.2, n.1, p. 1.073-1.077, 2007.



